



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
D I Á R I O
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

Presidente: Deputado Reis Leite

Secretários: Deputado Jorge Cabral (substituído aquando da sua intervenção pelo Deputado José Maria Bairos) e Deputado Manuel Goulart.

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 10.00 horas.

No **Período de Antes da Ordem do Dia**, e após a leitura do expediente, intervieram, para tratar de **assuntos de interesse político relevante para a Região**, os Srs. Deputados Artur Martins (PSD), José Gabriel Lopes (PS), Francisco José Silva (PSD), Manuel Serpa (PS), Jorge Cabral (PSD), José Manuel Bettencourt (PS), Manuel Valadão (PSD), Melo Alves (PSD), Rui Melo (PSD), José Carlos Simas (PSD), Victor Evaristo (PSD), bem como os Srs. Secretários Regionais da Agricultura e Pescas, Adolfo Lima, das Finanças e Planeamento, Gualter Furtado, que prestaram esclarecimentos subsequentes às intervenções atrás referidas.

No **Período da Ordem do Dia** foram apresentadas e votadas as seguintes iniciativas legislativas:

- **Anteproposta de Lei sobre "Contração de empréstimos".**

Após a apresentação da anteproposta, feita pelo Secretário Regional das Finanças e Planeamento, Gualter Furtado, usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Paulo Valadão (PCP), Ricardo Barros (PS), Carlos Teixeira (PSD), Alvarino Pinheiro (CDS) e Francisco Sousa (PS), tendo a mesma sido aprovada por maioria de votos do PSD.

- **Projectos de Decreto Legislativo Regional sobre a "Criação do Conselho Consultivo Regional da Juventude (CCRJ)",** apresentados pelo PSD, PS e PCP.

Serviu de texto-base à discussão destes projectos o texto de substituição sugerido pela Comissão de Juventude e Formação, o qual, após a introdução de algumas propostas de alteração apresentadas pelo PSD e PS, foi aprovado por unanimidade.

Intervieram nos debates dos referidos projectos os Srs. Deputados Paulo Valadão (PCP), Rui Meireles (CDS), Victor Cruz (PSD), Luís Filipe Cabral (PS), Carlos César (PS), Rui Melo (PSD), Manuel Serpa (PS), José Manuel Bettencourt (PS) e Alvarino Pinheiro (CDS).

Produziram declarações de voto os Srs. Deputados Paulo Valadão (PCP) e Rui Melo (PSD).

- Finalmente, foi aprovada por maioria uma **Proposta de Resolução**, apresentada pela Mesa da Assembleia, **declarando findo o período legislativo de Março**.

Os trabalhos terminaram às 14.15 horas.

Presidente: Srs. Deputados, vai proceder-se à chamada.

(Eram 10.00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: **PSD** - Adelaide Teles, António Gaspar Silva, António Silveira, António Varão, Artur Martins, Borges de Carvalho, Carlos Teixeira, David Santos, Fernando Faria, Francisco José Silva, Henrique Aguiar Rodrigues, José Carlos Simas, Jorge Cabral, José Maria Bairos, José Ramos Aguiar, Luís Bastos, José da Terra Carlos, Melo Alves, Manuel Valadão, Regina Cunha, Reis Leite, Rui Melo, Tomaz Duarte, Victor Cruz, Victor Evaristo; **PS** - Victor Ramos, António Gomes, António Oliveira Rodrigues, Carlos Mendonça, José Gabriel Lopes, Fernando Fonte, Francisco Sousa, Hélio Pombo, José Manuel Bettencourt, Luís Filipe Cabral, Manuel Carvão Jr., Manuel Goulart, Manuel Serpa, Paulo Araújo, Lisete Silveira, Ricardo Barros, Rogério Serpa; **CDS** - Rui Meireles; **PCP** - Paulo Valadão).

Presidente: Estão presentes 44 Deputados. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Passamos, de seguida, à leitura da correspondência.

Secretário (Jorge Cabral): Um abaixo assinado enviado à Gerência das Fábricas B. J. Borges, Cofaco e Tunapesca por um grupo de pescadores, solicitando a definição, antes do início da safra, de preços para o atum.

Secretário (Manuel Goulart): O Grupo Parlamentar do PSD comunica que os representantes do seu partido na Comissão Eventual de Inquérito são os Srs. Deputados António Gaspar da Silva, José Carlos Simas Raposo, José Maria Bairos, Renato Moura e Victor Evaristo.

- O Grupo Parlamentar do PS comunica também que os representantes do seu partido na Comissão Eventual de Inquérito à Administração da ERPI são os Srs. Deputados Paulo Araújo e António Oliveira Rodrigues.

Presidente: Lembro ao CDS que tem 24 horas para comunicar quem é o seu representante na referida Comissão.

Os Srs. Secretários vão proceder agora

à leitura dos requerimentos.

Secretário (Jorge Cabral): Do Sr. Deputado Regional do Partido Socialista, Carlos Mendonça, o seguinte requerimento:

"Fixou o Governo Regional aquando da aprovação do seu respectivo programa "o Turismo" como o polo de desenvolvimento para o quadriénio previsto para o seu mandato.

Defende o Governo Regional que o tratamento do Arquipélago deverá ser harmónico, por forma a que todas as ilhas mereçam o mesmo tratamento, pese embora as suas diferenças de ordem natural.

Sucede que quando da última visita do Governo à Ilha Graciosa, o seu Presidente anunciou que, na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento turístico daquela ilha, em breve faria deslocar à mesma um grupo de 19 agentes de viagem estrangeiros, com o objectivo de poderem observar as potencialidades daquela ilha no plano turístico.

Acontece que já um ano é decorrido e que aquela medida ainda não foi concretizada.

Face ao exposto, requeiro ao abrigo das disposições legais aplicáveis na matéria, ao Senhor Presidente do Governo Regional qual o motivo porque, passado um ano, não se concretizou a medida que Sua Excelência anunciou na qual depositava grande esperança.

Horta, Sala das Sessões, 21/3/90.

O Deputado Regional do Partido Socialista, Carlos Mendonça".

Secretário (Manuel Goulart): Do Sr. Deputado Regional do Partido Socialista, Ricardo Barros, um requerimento do seguinte teor:

"No Plano Nacional de Interesse Comunitário prevê-se a criação de um Museu do Vinho na freguesia dos Biscoitos da Ilha Terceira, naturalmente por se reconhecer que a principal actividade económica daquela freguesia ser de facto, desde os finais do século passado, a cultura da vinha.

Com uma produção anual que chegou a atingir na década passada alguns milhares de pipas de vinho de cheiro e, embora em menor quantidade, o não menos apreciado vinho de verdejo, a cultura da vinha tem vindo a ser abandonada, quer por falta

de mão de obra quer, ainda, pela introdução de culturas alternativas, sobretudo nos terrenos que oferecem aptidões para tal reconversão.

Justifica-se portanto que os mais novos possam apreciar, num Museu, a evolução das técnicas daquela que foi a ocupação da maior parte das gerações que, naquela freguesia, capricharam, ano após ano, para que o seu vinho fosse apreciado por quantos ousaram provar tão precioso néctar.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis requeiro que, o Governo, através de V. Ex^a, me responda às seguintes questões:

1º Para quando a construção do Museu do Vinho na freguesia dos Biscoitos?

2º Qual o montante previsto para a instalação do referido Museu?

Horta, Sala das Sessões, 21/3/90.

O Deputado Regional do PS, Ricardo Barros".

Secretário (Jorge Cabral): O Sr. Deputado Regional do Partido Socialista, Rogério Serpa, enviou um requerimento que passo a citar:

"Considerando que a educação é um direito que a todos assiste;

Considerando que o êxito, no processo educativo, está ultimamente relacionado com as condições em que aquele se desenrola;

Considerando que a escola primária de Ponta Delgada, das Flores, construção com 2 salas de aula, está a funcionar em regime de desdobramento;

Considerando que naquela freguesia funciona uma classe de educação pré-primária, com 12 alunos, que utiliza uma casa de habitação sem as condições mínimas exigíveis.

Ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais, requeiro ao Governo Regional as seguintes informações:

1º Considerando a situação verificada naquela freguesia está o Governo Regional a considerar a possibilidade de construção de novo edifício ou a ampliação do existente? Em qualquer dos casos, qual a calendarização prevista?

2º Caso não estejam a ser consideradas as hipóteses aludidas no número anterior, como entende o Governo obviar aos inconvenientes da situação que ali se verifica?

Horta, Sala das Sessões, 1/3/90.

O Deputado Regional do PS, Rogério Serpa".

Presidente: Srs. Deputados, passamos

agora ao Período de Antes da Ordem do Dia destinado às **intervenções de interesse político relevante para a Região.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Martins.

Deputado Artur Martins (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já por diversas vezes vim a esta tribuna para abordar a questão de casos de desequilíbrio sócio-económico existentes na Ilha de S. Miguel, designadamente para falar das bolsas de pobreza.

Hoje volto a tratar esta autêntica chaga social para me congratular com a acção que o Governo Regional vem desenvolvendo neste capítulo.

Não se trata, ao fazê-lo, de uma solidariedade de última hora para com os mais necessitados, nem tão pouco qualquer aproveitamento político da questão. Faço-o convicto da justeza das nossas preocupações, enquanto representantes do povo.

Penso que a solução para este assunto não se radica apenas na vontade do Governo em procurar resolver com determinação os problemas habitacionais dos mais desafortunados. A própria sociedade tem de se consciencializar e procurar praticar a solidariedade de vizinhança e de comunidade organizada.

Vem isto a propósito da criação pelo Governo do programa VIDA NOVA que, em boa hora, a Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas entendeu constituir, com o objectivo de combater as situações de carência habitacional nas freguesias de Rabo de Peixe, São Roque e Livramento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este programa dotado com a verba de 100 mil contos não visa apenas intervir na execução de obras de recuperação ou ampliação de moradias, como forma de dignificar os mais desfavorecidos da sorte. Ele vai mais longe, ao ponto de procurar ministrar conhecimentos e orientar as famílias beneficiadas no sentido de permitir boas condições de habitabilidade como meio para uma melhor e mais completa harmonia familiar.

É óbvio que a verba afectada para este programa é manifestamente insuficiente para as necessidades sectoriais existentes nas freguesias contempladas.

É também evidente que na Ilha de S. Miguel existem outras freguesias com problemas semelhantes.

Acreditamos que o Governo Regional,

num e noutro caso, em função dos resultados colhidos nesta espécie de experiência-piloto irá não só reforçar as verbas do programa recentemente aprovado como, eventualmente, alargá-lo a outras freguesias carecidas.

A Comissão designada para inventariar as situações mais gritantes, integra gente que tem demonstrado publicamente vontade de trabalhar pelos mais carenciados, o que, só por si, indicia o êxito desta iniciativa, como garante a sua prossecução.

Esta é, em nossa opinião, uma matéria de candente interesse para a melhoria da qualidade de vida de muitos açorianos, tendo tido a resposta adequada do Governo Regional. Oxalá a sociedade saiba aproveitar estes apoios, pois todos somos poucos para trabalhar em prol dos mais carenciados.

Disse.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!
(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Lopes.

Deputado José Gabriel Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nas diversas fases da vida quotidiana dos Açorianos, sempre a terra desempenhou uma função social.

Habitado desde miúdo a tratá-la com carinho, sempre o agricultor destas ilhas viu nesta uma das fontes de riqueza onde, através da sua exploração, poderia adquirir os rendimentos necessários para o sustento da sua família.

Habitado a contar apenas consigo próprio, desde sempre, o dia a dia dos agricultores foi caracterizado por muitas dificuldades. Basta ver os horários de trabalho que sempre existiram para o sector, isto é, começar de manhã e acabar à noite, sem sábados, domingos ou feriados.

Na maior parte dos casos, os próprios pais retiraram os filhos da escola, mesmo sem estes atingirem a escolaridade mínima, daí uma das razões para os índices de analfabetismo que existem.

Ao começarem o trabalho da terra, a partir dos 8, 9 ou 10 anos de idade, a maior parte dos agricultores, quando atinge a idade da reforma já tem cerca de 60 anos de trabalho. Depois de uma vida cheia de dificuldades e privações espera-o uma mísera pensão de reforma.

Tem sido o destino da maior parte daqueles que se dedicaram à terra com carinho e que não conseguiram outra forma de vida.

No início da década de 60, os Açorianos viram na emigração a única forma de melhorarem as suas condições de vida e muitos deles viraram costas aos lugares onde nasceram, deixando atrás a família e lançando-se à aventura. Era a mudança que se começava a operar por estas paragens.

A partir dessa altura a agricultura destas ilhas foi-se transformando aos poucos, e foram começando a aparecer os tractores e as diversas alfaiais agrícolas, os arados e as charruas a bois foram desaparecendo gradualmente, as culturas tradicionais de milho e trigo começaram a ocupar cada vez menos áreas e hoje praticamente só existe o milho e para forragens.

Quando surgiu o 25 de Abril, a agricultura dos Açores já estava em transformação e os agricultores já tinham encontrado a melhor forma de melhorar os seus rendimentos, ou seja, produzindo mais carne e leite. Quando se atingiu a década de 80, o sector dava mostras de grande pujança, mas é a partir desta data e principalmente na segunda metade da década que começam a surgir as grandes dificuldades e sobre as quais vamos dedicar parte desta intervenção.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia foi sempre motivo de preocupação para os agricultores. Tratava-se dum mercado altamente sofisticado e para o qual não estávamos minimamente preparados para competir.

É ver a distância que nos separa dos grandes mercados consumidores, são as dificuldades com que nos deparamos internamente e para as quais os responsáveis pelo Governo desta Região têm sido várias vezes alertados e nem sempre demonstraram a melhor receptividade.

O momento actual é de crise instalada junto dos produtores de leite, pois estes, de uma maneira geral, embarcaram no canto da sereia e acreditaram nos apelos do Governo Regional para que aumentassem a produção a qualquer custo, até porque se avizinhava a atribuição de quotas leiteiras e estas funcionariam como um património dos produtores.

Os agricultores de facto responderam e fizeram um grande esforço de desenvolvimento, que veio a enriquecer o património regional, porque ninguém tenha dúvidas que as melhores vacas que começaram a aparecer, as pastagens renovadas e a própria maquinaria agrícola, fazem parte

desse património.

Agora pergunto: Quais foram as contrapartidas e os apoios dados pelo Governo Regional para que o sector pudesse dar o salto que efectivamente deu e se apresentasse às portas da Comunidade economicamente saudável.

A meu ver muito poucas ou quase nenhuma. Senão vejamos:

O Reg. CEE 797/85, veio alimentar muitas esperanças, mas rapidamente a ilusão se transformou em desilusão e não correspondeu minimamente àquilo que dele se esperava.

As taxas de juro são elevadíssimas e sem a bonificação destas e a concessão de empréstimos a médio e a longo prazo será praticamente impossível a sobrevivência de muitas explorações.

Não queria voltar a falar do velho problema dos caminhos de penetração mas, sinceramente, não fossem as Juntas de Freguesia, que praticamente não dispõem de meios, andarem constantemente a bater à porta dos serviços oficiais, ainda estaríamos bem piores, pois estes limitam-se ao passar do tempo e pouco mais.

Esta falta de condições limitará também a atractividade do sector, que assim não conseguirá fixar os jovens indispensáveis para a sua modernização. Com condições adversas de trabalho, é necessário criar condições compensadoras para que se estagne o êxodo de efectivos que se tem verificado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando há um ano atrás afirmava perante esta Assembleia, que a Região tinha potencialidades para atingir os quatrocentos milhões de litros de leite, foi-me dito que isso era utópico, mas hoje está perfeitamente provado que este número está ao nosso alcance e em termos de quotas seria o suficiente para que não tivéssemos grandes preocupações com a atribuição destas.

Ultimamente tem-se assistido a uma grande movimentação por parte dos agricultores das diversas ilhas e dos seus representantes. O que está em causa é a diminuição dos seus rendimentos e a sua impotência para fazerem face aos recentes aumentos dos custos de produção. Ou senão vejamos:

De 1981 a 1985, os preços do leite ao produtor tiveram uma evolução média de 40% ao ano, já em 1986 esta foi de apenas 10%, para no ano seguinte ser de 2%, e nos anos de 1988, e de 1989, ser de 12%, para no corrente ano segundo tudo indica ser de 0%.

Poderá dizer-se que a culpa é da Indústria,

que não se modernizou a tempo e que não acompanhou o esforço feito pela produção, que não soube diversificar os seus produtos, que não soube introduzir novas técnicas de marketing, etc..

Agora o Governo poderá dizer "não temos nada com isso, trata-se dum problema da indústria e da produção" etc., fazendo como Pilatos, lavando daí as mãos. Para nós tal procedimento seria totalmente injusto, o que não acredito que venha a acontecer, porque não somos contra as mudanças estruturais. Estas têm de acontecer. Somos é contra a distribuição cada vez mais tendenciosa dos rendimentos da economia.

O que está em causa é o futuro e a sobrevivência económica do maior sector de actividade da Região, porque não acredito que os agricultores estejam dispostos a assistir impávidos e serenos ao desmoronar do seu património, e de tudo aquilo que levou anos e anos a construir. Tal situação, a verificar-se, seria de total injustiça e ao actual Governo teriam de ser imputadas grandes responsabilidades.

Não pode o Governo tentar alhear-se só porque não concorda com a direcção desta ou daquela cooperativa, ou com a administração desta ou daquela indústria, as pessoas terão de saber ultrapassar algumas diferenças que as separam e sentarem-se à mesma mesa para, em conjunto, encontrarem as melhores soluções, para que estas venham ao encontro dos interesses da maioria.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A resolução do Conselho de Ministros nº 61/86 de 3 de Julho, aprova um esquema de saneamento financeiro aplicável às cooperativas agrícolas que sejam economicamente viáveis e possuam capacidade para assegurar os encargos do serviço da dívida decorrente da operação de saneamento.

Algumas Cooperativas dos Açores estão em dificuldades financeiras, encontrando-se neste caso a Unicol da Terceira, que é nem mais nem menos a maior Cooperativa da Região, prevendo laborar no corrente ano 46.000.000 de litros de leite.

A aplicação desta resolução àquela Cooperativa, viria ajudar a libertá-la das dificuldades com que actualmente se debate e viria permitir uma melhoria significativa dos preços a preços a praticar à produção. No fundo todos ficariam a ganhar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como produtor e ligado às organizações do sector, não podia deixar de trazer a esta Assembleia as minhas preocupações, que são as de todos os Agricultores dos Açores e queria alertar todos os Srs. Deputados para a realidade desta situação e para a gravidade que a mesma representa para a economia regional.

Os agricultores só poderão fazer face aos seus compromissos e aos recentes aumentos dos custos de produção, se também os preços daquilo que produzem forem objecto de correcção. Em caso contrário, estará a haver uma grande injustiça.

Nenhuma outra classe deste País ou desta Região aceitaria passivamente esta situação e os agricultores também já não estão mais dispostos a aceitar com indiferença situações do género, porque os compromissos actuais são muito diferentes daqueles que existiam há alguns anos atrás, os investimentos foram muito grandes e os encargos são cada vez maiores.

Para terminar formulo votos para que as diversas entidades com interesses no sector consigam sentar-se à mesma mesa e através do diálogo que terá de ser profícuo, consigam fazer uma análise exaustiva da situação, para que possam ser encontradas as melhores soluções para os diversos interesses que neste momento estão em jogo.

Estou pois convicto que a aplicação da referida Resolução do Conselho de Ministros, será uma luz no fundo do túnel e virá repôr alguma justiça, principalmente junto dos produtores de leite da Ilha Terceira.

Disse.

(Aplausos do PS)

Presidente: O Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas pede a palavra para?...

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Para prestar esclarecimentos.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ouvi com muita atenção, aliás como sempre ouço, o Sr. Deputado José Gabriel sobre estas matérias agrícolas.

É evidente que algumas das afirmações que aqui foram feitas levam-me a esclarecer esta Câmara, uma vez que não concordo, na sua globalidade, com elas. Aliás, o que seria estranho era que o Sr. Deputado concordasse comigo aqui nesta Câmara!...

De qualquer das maneiras queria chamar

a atenção para o seguinte:

Não há nenhum preço agrícola em nenhuma parte do mundo que suba ao produtor aquilo que sobe a taxa de inflação.

Gostaria que o Sr. Deputado José Gabriel me apontasse aqui um único país da Comunidade Económica Europeia, ou não, em que os preços à produção sobem tal e qual como sobe a taxa de inflação. Vou dar um exemplo:

Neste momento o país europeu de taxa de inflação mais baixa é que terá 3% - a discussão dos preços agrícolas, na próxima semana é que tem o seu Conselho Final em Luxemburgo -, a taxa de crescimento dos preços agrícolas é de 0%.

Por outro lado, era impensável esperar que os preços agrícolas na Região subissem ao mesmo ritmo, actualmente, que subiram quando foi do final da década de 70 ou do início da década de 80. A saída para a frente da agricultura é a saída da produtividade, é a saída da rentabilidade dos melhores dos seus investimentos e ninguém pode ajudar agricultores que fazem dívidas acima das suas possibilidades de as pagar.

Um agricultor (e isto é preciso que fique claro) que tem, por exemplo, 20 vacas, mesmo que receba o preço de Inverno, não gera rendimentos para comprar um tractor de 5 mil contos.

Deputado António Silveira (PSD): Muito bem!

O Orador: E isto é verdade aqui, como é verdade na Irlanda, como é verdade na Inglaterra, como é verdade na França!

Mas, por outro lado, falou-se que o Governo não dá contrapartidas e até no mau funcionamento do 797 se, de facto, eu fui o primeiro a denunciar o mau funcionamento do 797. Mas, apesar de tudo, o investimento acumulado na Região, até ontem, era, em subsídios concedidos pela Comunidade Económica Europeia e pela Secretaria Regional da Agricultura e Pescas de 732 mil contos para um total de investimento na agricultura de 2,3 milhões de contos.

Por outro lado, a Secretaria fez uma tentativa de acordo com as Associações Agrícolas no sentido de substituir o mau funcionamento do 797 em algumas áreas e publicou uma Portaria de apoio a construções rurais para a reconversão do sector leiteiro e a poucos meses de funcionamento estão concedidos 311 mil contos de investimentos para um subsídio de 190 mil contos e o ritmo de chegada de projectos à Secretaria é, de facto, bastante significativo. Isto para não falar de outros aspectos como, enfim, as indemnizações compensatórias.

De qualquer das maneiras esta situação demonstra claramente que as contrapartidas têm sido boas, mas é preciso saber aproveitá-las.

É evidente que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não pode estar de acordo comigo. Ainda bem!

O Sr. Deputado também referiu uma situação que é extremamente complicada e citou, concretamente, a situação da UNICOL.

Vamos falar claro: a UNICOL teve durante estes anos a administração que a lavoura terceirense quis e que a lavoura terceirense votou. A UNICOL é uma cooperativa que é das maiores cooperativas do país; administrou-se de acordo com as decisões da sua própria administração; o Governo nunca interferiu nem nunca foi chamado a interferir nessa administração. Antes, pelo contrário, o Governo ajudou economicamente a UNICOL quando ela apresentou projectos de modernização que foram comparticipados pela Comunidade e pelo Governo Regional; eu próprio tive reuniões com a União de Cooperativas há relativamente pouco tempo, solicitando-lhe que me apresentasse a sua realidade económica para se estudarem formas de apoio. Até hoje não recebi nada.

Além do mais, julgo que o Governo não pode estar constantemente a conceder subsídios a entidades cooperativas que efectivamente deviam olhar um pouco mais para a sua própria gestão, e se é verdade que quem recolhe leite vende produtos de lacticínios, por que é que há empresas economicamente viáveis na Região fazendo a mesma coisa e há cooperativas que apresentavam dificuldades financeiras?

De algum lado, meu caro Sr. Deputado, o mal lhe vem!

Muito obrigado.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco José Silva.

Deputado Francisco José Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ouvi o que disse o Sr. Deputado José Gabriel Lopes.

Quero-lhe dizer que concordo com algumas das suas afirmações, mas gostaria de lhe dizer o seguinte: quando se passa de uma agricultura de subsistência, como é a nossa, para uma de tipo empresarial, isso não é um "parto sem dor" - e efectivamente é o que está acontecendo - e muito menos quando esse parto é feito por pessoas que, ao longo dos anos, foram exploradas, ou

seja, pessoas que hoje têm grandes dificuldades em compreender a situação criada porque, na altura devida, não tiveram os conhecimentos que deviam ter tido.

Ora, julgo que isso deve ser suportado por uma sociedade que também usufruiu de uns rendimentos a mais do que deveria ter usufruído em relação a esses mesmos agricultores.

Em relação ao leite, eu estou de acordo com o que disse o Sr. Deputado José Gabriel relativamente à má utilização da produção de leite, mas julgo que alguns dos problemas que irão aparecer e que existiram na Região são fruto de uma situação egoísta, ou seja, há muito boa gente que se lançou na compra desvairada de animais de produção sem terem condições nem meios de produzirem a alimentação necessária para esses animais.

Julgo que também é bom que se diga isto para que depois tenhamos o direito a reclamar nas outras questões.

Aproveito a intervenção do Sr. Secretário Regional para dizer que, em relação aos tractores, e em mais do que uma intervenção nossa nesta Assembleia, temos chamado a atenção do Governo Regional para o facto de, embora não se tenham subsidiado máquinas agrícolas, na totalidade, a pessoas de carácter individual, isso deveria ser feito era a sociedades de grupo ou a pequenas cooperativas que teriam então em mão a máquina competente para executar os seus trabalhos.

Isso evitava que muito bom rapaz comprasse um limousine por 5 mil contos e, depois, tivesse dificuldades e empenhasse, se calhar, o que é seu, fazendo coisas que não deveria fazer para poder pagar esses 5 mil contos.

Quero congratular-me também pelo facto de, finalmente, me parecer que o Sr. Deputado José Gabriel entendeu o que eu vinha dizendo aqui há muito tempo, ou seja, que a maioria, a minoria e todos nós temos que nos entender para resolver o problema agrícola regional. Parece-me que já aí chegámos. Da nossa parte estamos prontos a dar o contributo necessário com vista a, por exemplo, uma Associação de Agricultores.

Era só isto. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Lopes.

Deputado José Gabriel Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ouvi com atenção, quer o esclarecimento prestado pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, quer pelo meu amigo

Francisco José Silva.

É óbvio que os aumentos dos preços à produção em nenhuma parte atingem os valores médios da inflação. Eu também sei que a melhoria significativa do rendimento dos agricultores passa por um melhor redimensionamento da produção e pelo aumento desta.

De qualquer forma, e na situação em que nos encontramos e com a aproximação da atribuição de quotas leiteiras, os lavradores foram obrigados a fazer investimentos muito grandes e, neste momento, o facto de não haver qualquer melhoria nos seus preços ainda vem agravar mais a situação em que estes se encontram.

Devo dizer ainda que, neste momento, estão nesta cidade representantes da lavoura e duma Cooperativa doutra ilha desta Região, com a finalidade de tentarem conseguir apoios para uma Cooperativa que também está em dificuldades porque, quer nós queiramos quer não, as Cooperativas é que terão que ser a vanguarda da produção nos Açores porque a indústria privada vai, de certa forma, a reboque das Cooperativas.

É óbvio que, e no caso da UNICOL, a mesma teve a administração que a lavoura lá pôs (isso é verdade!), só que, muitas vezes, todos nós sabemos como é que isso funciona.

O alerta que eu deixo nesta Casa é para que se tente encontrar as melhores soluções possíveis, as diversas partes intervenientes consigam dialogar, consigam conversar e consigam, de certa forma, encontrar a solução mais adequada. Aquilo que eu pretendi e que pretendo com a minha intervenção é que a lavoura seja devidamente esclarecida porque o que eu não quero é que amanhã se vá dizer, na Terceira, que a lavoura de uma outra ilha recebeu certos e determinados apoios para uma Cooperativa e que a lavoura da minha ilha - neste caso concreto a Ilha Terceira - não conseguiu quaisquer apoios. Isso é que é grave! Desde que as coisas sejam devidamente clarificadas e para todos seja dado um tratamento idêntico, pois se, como o Sr. Secretário disse, pediu documentos à UNICOL e eles não os entregaram, é óbvio que isso são questões que têm que ser devidamente clarificadas para que a lavoura fique a saber aquilo que se passa.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas para prestar um esclarecimento.

Secretário Regional da Agricultura e

Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para um esclarecimento muito breve,

Em tese e em princípio estamos de acordo, só que eu não posso iniciar um estudo de apoio sem receber, verdadeiramente documentado, aquilo que as pessoas querem.

Ora, aquilo que o Sr. Deputado referiu em relação a S. Miguel não é mais do que um processo que se iniciou no sentido da Cooperativa apresentar toda a documentação necessária para que o processo de ajuda financeira fosse estudado. É isso que eu peço que eles apresentem! Não posso, como é óbvio, estudar um apoio sem dados. Isso é impossível! São necessários os relatórios de contas dos anos anteriores e essa Cooperativa de S. Miguel apresentou-me os seus relatórios de contas. É a sua proposta de saneamento financeiro. Esta Assembleia tem conhecimento disso e poderá sabê-lo diariamente quando quiser e entender. Contam-se por centenas de milhar de contos os apoios que a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas dá ao sector cooperativo.

Aliás, já indirectamente tenho respondido ao Sr. Deputado do CDS em relação a S. Jorge, tendo ele até duvidado das palavras que eu tinha proferido.

Em face disso, tenho até aqui um documento para lhe entregar que demonstra claramente que o sector cooperativo de S. Jorge, associado à União, para um projecto no valor de meio milhão de contos, já recebeu, processado, 187 mil contos de subsídio a fundo perdido.

Por conseguinte, Sr. Deputado, não venha dizer aqui nesta Casa, porque não é correcto, porque é uma indelicadeza da sua parte, que o Governo não faz nada. Não vale a pena! As vezes julgo que estou a pregar no vazio! O Sr. Deputado não tem o direito de vir dizer aqui e de me dizer no corredor: "São só Portarias, são só Projectos e nada feito!"

Estão aqui processados para S. Jorge 187 mil contos! Basta ler o Jornal Oficial! Basta estar atento às actas dos Conselhos do Governo! O que o Sr. Deputado manifestou aqui - e desculpe que lhe diga - foi ignorância e demagogia.

E já agora procuro entregar o documento em mão!

(Aplausos do PSD)

Deputado Dionísio de Sousa (PS): E a homenagem ao documento.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr.

Deputado Francisco José Silva.

Deputado Francisco José Silva (PSD):
Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou ser muito breve.

O assunto que me leva a tomar a palavra é referente ao mar, mais concretamente à comercialização do pescado.

Não vou falar de barcos, se são grandes ou pequenos; de portos, se todos têm um à porta; se a rede de frio funciona ou está bem dimensionada, etc.. Enfim, todo esse mundo de problemas que envolve as pescas e a comercialização.

Não sei, até, se vou repetir alguma coisa tratada na dita "Semana das Pescas", porque como deputado tenho conhecimento do que lá se passou apenas pelos jornais.

Não acredito que assunto tão modesto tenha lugar a uma abordagem em tão alto fórum.

Por isso, vou tentar contar coisas estranhas, que no "mundo do comércio de peixe" me foi dado assistir.

O porto é a sul da Ilha do Pico.

O mar esteve agitado durante duas a três semanas, criando uma grande necessidade de peixe para o abastecimento normal da população.

Por volta das dez horas da manhã, muito antes da hora da chegada dos barcos da pesca, começaram a chegar populares para comprar "peixe".

Chegados os barcos, descarregado o peixe, dividido por tamanhos e classes, transportado para a "casa da lota", foi feito um compasso de espera para a hora de abertura da lota e chegada de "grossistas de peixe" e vendilhões.

Durante este tempo de espera, foi-me dado observar a grande solidariedade, que os homens do mar naquela terra têm pelos mais velhos pescadores e mais necessitados, oferecendo "peixe", naturalmente, para um caldo ou para uma assadela.

Chegam, finalmente, vendilhões e "grossistas", com a "lota" a funcionar. Cada comprador ficou com o peixe que queria, ou que o outro comprador lhe deixava (há "bluff" de parte a parte).

Acabada a lota, quando a população pretendia comprar peixe, um dos vendilhões, o que tinha ficado com quase todo o peixe, diz: "Não tenho ordens para vender". Depois de longa conversa, a decisão foi mantida pelo vendedor, isto já às duas horas da tarde.

Quatro horas de espera, e nem um peixe foi possível comprar.

Nunca estive em causa o preço por quilo.

Perante isto, o que fazer? Disseram-nos: "Por que não fazem queixa na Divisão de Fiscalização?" Foi feita a queixa, mas depois de uma longa conversa sobre o assunto, entre a fiscalização e o queixoso, concluiu-se que não é fácil obter êxito "neste tipo de queixa".

Como todos nós, o queixoso ficou a saber que, nesta matéria, os "alibis" são muitos: desde um simples cartão colocado apressadamente na lota, ou melhor na caixa, o que não foi o caso, a dizer "vendido", até a um telex na sede da Empresa Compradora a encomendar o peixe, vindo de qualquer lado, etc..

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Concordamos que é necessário exportar peixe, mas, meus senhores, uma população inteira a ver chegar o peixe ao seu porto, nos seus barcos, e não conseguir adquirir um só quilo, sem questionar o seu preço, é, no mínimo, muito injusto, para não dizer outra coisa.

Calculem o que ia na mente daquela gente!

Oh! Mães ofendidas sem nenhuma culpa!

Este assunto foi já há algum tempo tratado por um Deputado, ou melhor, uma Deputada do meu Partido (só há pouco o soube), mas pelos vistos sem resultados. É, portanto, matéria repetente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por favor, não me "mandem" papeis com o que está legislado sobre a comercialização do peixe. Alterem, isso sim, é o que está mal.

Não gosto de comparar, mas em relação à "carne", outro bem essencial, foi possível conciliar os interesses em litígio: produtores, talhantes e população.

Estou certo que tudo se resolve, desde que, como dizem os "nossos amigos brasileiros", assim "Deus e a Coroa o entendam".

Este assunto pode parecer de menor importância para os que vivem nas ex-capitais dos impérios, para os outros não o é. Disso estou certo!

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!
(Aplausos do PSD)

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Não tarda aí nova safra do atum, cognomi-

nado, não sei se correctamente, como o ouro negro dos nossos mares. Uma safra que se deseja proffcua e estimulante.

Entre as traineiras, sulcando as águas numa vontade férrea de mais capturar, engrossando a frota atuneira estarão duas novas unidades saídas dos estaleiros de Santo Amaro do Pico e entregues a mestres pescadores de S. Miguel no âmbito de uma medida implementada pela Secretaria da tutela.

Como todos sabemos, a entrega de barcos atuneiros a mestres qualificados passou e passa por um concurso regional adentro de condições e garantias pré-estabelecidas.

A entrega destes barcos era uma velha aspiração das gentes micaelenses. Para a sua concretização foi necessário a abertura de um concurso restrito já que a tradição, e a intuição dos pescadores de algumas ilhas para este tipo de pesca, aliadas a um certo nível cultural e poder financeiro, eliminam à priori outras tentativas. Foi uma medida discutida, com pressões à mistura, suscitando, simultaneamente, dúvidas e apreensões. Responsáveis torcem o nariz e em vários elementos ligados ao sector paira uma certa reserva relativamente ao sucesso da iniciativa. Desde já quero deixar bem claro que estamos de acordo com a medida mesmo calculando os riscos.

Seja como for, as duas traineiras em causa deambularão na nossa Z.E.E. São duas unidades com óptimas condições de navegabilidade e estabilidade para as tripulações, alguma autonomia, proporcionando melhor conservação do pescado e perfeita adaptação aos nossos mares e ao tipo de pesca usado (a vardasca), correspondendo a uma reestruturação, reconversão e redimensionamento da nossa frota pesqueira. Há que otimizar o seu rendimento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

.Os surtos de modernização exigem, naturalmente, mudanças de mentalidade e, neste contexto, apontam para uma nova forma de "estar na pesca".

É o elemento homem do binómio homem-barco. Os barcos estão aí. E o homem?

O nosso pescador é, acima de tudo, um técnico prático, filho do mar revoltado de rosto tisonado com gosto a sal. Infelizmente não teve ainda, infelizmente, não tem, escola porque a carteira é o barco. Aparece espontaneamente. O meio social marca-o. E as sequelas estão à vista de todos. Analfabetismo de proporções preocupantes, miséria, alcoolismo, maus hábitos incrusta-

dos, etc., etc., que originam as tão faladas bolsas que proliferam em centros piscatórios de algumas das nossas ilhas. Naturalmente no concerto das mesmas as assimetrias são flagrantes. E precisamente pensando nessas assimetrias, num sector repleto de potencialidades que nos preocupa e penaliza a diferença abissal entre um pescador que tem à sua espera, no regresso de um dia de safra, a mulher e filhos em carro de família e o pescador arreigado a hábitos ancestrais, acomodado a situações onde campeia a miséria social, moral e, muitas vezes, até a fome.

Em nome do Partido Socialista, gostaria de relevar este acontecimento, que é a entrega destas duas embarcações: Uma traineira deste tipo que pelas suas condições, vai mudar fatalmente os hábitos dos seus tripulantes, pode ser um contributo precioso e oportuno para a tentativa de debelar a pobreza nas zonas piscatórias. Uma traineira deste tipo poderá albergar de dezoito a vinte pescadores e trazer benefícios para dezenas de pessoas que constituem os respectivos agregados familiares.

Tenho recebido e lido com atenção os relatórios que os meus camaradas da Ilha de S. Miguel me têm enviado, fruto das visitas que efectuaram a zonas críticas da Ilha de S. Miguel. A crueza dos números e das situações levanta graves preocupações e sugere medidas drásticas e imediatas. Algumas estão a ser delineadas. Mas seria muito mau que se transportasse pura e simplesmente para uma habitação condiga, a mesma mentalidade, a mesma miséria moral e a mesma pobreza. Não basta a tal caridade de dar esmola ao mendigo para que ele como agora seja sempre mendigo. Não aos mendigos eternos e ao culto da pobreza. Há que fazer algo mais. Uma traineira do tipo das que agora vão ser lançadas à água pode ter incidências comportamentais e proporcionar os bens dividendos.

É uma estrutura produtiva com marca de modernidade e que, se bem rentabilizada, poderá resolver alguns dos problemas das zonas onde o sector piscatório é a única alavanca de sobrevivência. Não queria ser demasiado optimista. Mas, embora os receios não se dissipem, há que encarar a iniciativa com esperança. Poderá acontecer uma nova era no sector piscatório da nossa Região. Julgo que é urgente um acompanhamento intensivo, não apenas por parte dos agentes económicos, mas também por parte de algumas instituições e organizações

e, por que não, por parte de todos os que estão empenhados na resolução de um grave problema social - uma mancha que mancha a alma e nos deve envergonhar.

A pesca na Ilha do Pico tem outra perspectiva e outra vertente, a pesca tem algo de competição.

Lembro-me, desde criança, das guerras da baleia entre os "Vilas", os "Faias", os "Ribeiras" e os "Calhetas". Toda a gente queria saber quem é que tinha apanhado e quantas baleias tinham apanhado. Hoje, na Ilha do Pico, à tarde, não há ninguém que não queira saber se o Mestre Alfredo, ou o Mestre Carlos, ou o Mestre Jaime, ou se o Pérola, ou se o Condor, ou se o João Folque apanharam peixe e quanto apanharam. Depois gritam no caminho: "Olha, mais tantas para este!" - porque há simpatias por barcos, o que é natural.

Há, na verdade, uma vivência em relação à pesca e até, muitas vezes, participo nisso. Eu sei que há deputados nesta Sala a quem não custaria nada pegar num carro e ir à doca apertar a mão a um pescador ou a um mestre e estimulá-lo. Se quiserem entrar, às vezes há um caldinho de peixe ou uma caldeirada muito saborosos e vale a pena.

Nem todos, como é óbvio, têm vocação para andar em barcos e para se chegarem até junto do mar, mas aqueles que gostam do mar - e todos nos batemos por isto - poderiam dar um abraço ou um aperto de mão, que tem um significado de estímulo, muito importante para os pescadores.

Não esqueçamos que está em causa um avultado investimento de centenas de milhar de contos, aprovado por esta Assembleia.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, como é lema das nossas convicções, acredita nesta aposta e empenhar-se-á na sua frutuosa concretização.

E eu que sou de uma ilha pioneira na saga do atum com lucros evidentes, e que para ela tenho reivindicado aquilo que julgo justo para a melhoria de vida das suas populações, reconheço o flagrante das assimetrias no sector piscatório e desejava sinceramente a sua rápida atenuação e eliminação.

E como a sorte é uma componente muito importante na arte da pesca resta desejar a Mestre Balaia e a Mestre Sacadura uma boa campanha. As novas traineiras estão aí arvorando no mastro a bandeira da solidariedade de todos os Açorianos.

Boa safra!

(Aplausos do PS, PSD e Governo)

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral.

Peço ao Sr. Presidente do Grupo Parlamentar que providencie a sua substituição na Mesa.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Venho, uma vez mais a esta Tribuna, ao abrigo da alínea c) do nº 1 do artigo 92º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, que se destina ao "tratamento pelos deputados, de assuntos de interesse político relevante para a Região".

E venho falar de esperança aos legítimos representantes do povo dos Açores nesta consubstanciação da Autonomia democrática que Abril de 1974 nos proporcionou.

Foi com esperança a encher a alma que há 500 anos os nossos antepassados encheram arcas, sacos e baús com os seus parcos haveres, a preparar a grande viagem.

Foi com a esperança a marejar-lhes o olhar que se acomodaram nas naus, se despediram dos pais, das mães, dos filhos, dos irmãos, das noivas: das mulheres-esposas que ficaram a acenar nas praias de Belém, de olhar derramado pelo horizonte, onde as águas do Tejo se enamoram e se juntam ao mar salgado, numa simbiose velha de milhares de anos.

Foi com esperança que fizeram a travessia para estas ilhas de bruma, com que encararam o vento, a chuva, o desconforto, as ondas gigantes que ameaçavam engolir as pequenas embarcações, veículos de um povo que deu "novos mundos ao Mundo".

Foi com esperança de dias melhores, de uma vida desafoçada que avistaram Santa Maria, pedaço de terra que emergia do mar, sentinela das restantes 8 ilhas que foram sucessivamente motivando a alegria da descoberta. Da posse.

Foi com esperança que beijaram a terra a que chamaram sua e foram construindo cabanas toscas para se acomodarem e se protegerem.

Foi com esperança que agarraram nas alfaias de ferro, abateram árvores, limpavam o mato: cortaram a urze, a queiró, a faia e o incenso; renovaram a erva e descansaram aspirando o cheiro perfumado da terra limpa, remexida pela primeira vez.

Foi com esperança que lançaram as primeiras sementes neste chão fértil; viram emergir os primeiros rebentos prenhes de verde, desabrochar das primeiras folhas, o cresci-

mento dos caules, o apetite dos frutos, a multiplicação das espigas.

Foi com esperança que rasgaram novos caminhos no meio dos matos, habitáculo milenar de imensos pássaros e acompanharam, embevecidos, o voo do milhafre, alto como as montanhas, solto no vento, sinal de vitória sobre a lava e os vulcões que aqueciam a ilha, atemorizavam as gentes primeiras, mas que era também símbolo de ir para a frente, de criar raízes fortes no húmus e no basalto.

Foi com esperança que construíram pequenos aglomerados de gentes que foram chegando de Lisboa, do Algarve, do Minho e Trás-os-Montes, das Beiras, da Flandres e de outros lugares onde os habitantes também tinham esperança numa vida melhor, na aventura do desconhecido, na travessia dos mares.

Foi com esperança que viram as cabanas toscas dar lugar a aldeias, a vilas e a cidades.

Foi com esperança que as sucessivas gerações foram assimilando o espírito antigo na busca do progresso, de desenvolvimento, de respostas aos novos desafios que gradualmente iam surgindo.

Foi com esperança que nos fomos organizando e que começámos a enfrentar as primeiras dificuldades de entendimento, inicialmente com as cortes régias; depois com a República.

Foi com esperança que dialogámos com quem nos mandava ao longe, como se fôssemos um magote de gente, sem alma, sem vontade, eternamente vergados de encontro à terra.

Foi com esperança que vimos Abril abrir as portas da democracia, e que nos permitiu uma organização de poder autónomo, onde os legítimos representantes do povo dos Açores assumem a sua livre administração.

E com esperança, é sempre com esperança que encaramos as dificuldades do dia a dia, os nossos erros, as incompreensões da República marcados com o ferrete da autofagia e que se relaciona connosco, parte integrante e de pleno direito da mesma nação, com resquícios colonialistas, como, ainda há bem pouco tempo, denunciou, e muito bem o Governador de Macau no seu caso específico.

E com esperança, é sempre com esperança em dias melhores, para nós e para os que hão-de vir, que conseguimos consensos neste Parlamento em questões fundamentais para a afirmação da nossa dignidade de povo insular como ainda ontem aconteceu.

E com esperança que encaramos o futuro,

onde, finalmente, possamos ter resolvido tantos problemas que ainda proíbem a felicidade e a qualidade de vida que temos direito como seres humanos.

E com esperança que esperamos os dias que hão-de vir, onde não seja preciso falar da falta de habitação condigna para todos os açorianos; da maca que não existe entre o Pico e o Faial; dos hospitais a darem resposta rápida, das ligações aéreas e marítimas plenamente satisfatórias; do ensino adequado às nossas necessidades; e de tantos outros problemas que se abatem sobre a geração que foi construindo e constrói os alicerces da nossa Autonomia democrática que nunca, nunca mais, há-de perder-se e regressar aos tempos em que era preciso falar de olhos no chão e de chapéu na mão, com os senhores que mandam a 800 milhas de distância.

Por termos esperança, é que estamos aqui.

Mas será que a esperança é um assunto de interesse político relevante para a Região, enquadrando-se, por isso, na frieza da alínea c) do nº 1 do artigo 92º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores?

Penso que sim.

Tenho a certeza que sim.

Afinal, não é o "sonho que comanda a vida"?

Muito obrigado.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!
(Aplausos do PSD, PS e Governo)

Presidente: Srs. Deputados, nos termos do nº 2 do artigo 92º, o Partido Socialista pede o prolongamento do Período de Antes da Ordem do Dia.

Está concedido, uma vez que não necessita ser votado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No próximo dia 23 de Março, do corrente ano de 1990, vai ser inaugurado, com toda a pompa e circunstância, e à boa maneira saloia, uma dita "Lagoa Artificial" construída na Ilha Terceira, sob a responsabilidade da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, e destinada a assegurar o abastecimento de água às freguesias do Raminho e Altares.

Esse acontecimento insere-se num projecto de construção de duas Lagoas Artificiais, bem como da rede de abastecimento às duas freguesias mencionadas e ainda às freguesias da Serreta e Doze Ribeiras, numa obra globalmente orçada que ronda

mais ou menos quatrocentos mil contos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não pude, ao ter conhecimento da notícia de mais esta inauguração (inaugurações, aliás, sempre apresentadas quais dádivas divinas) não pude, dizia, deixar de lembrar uma fotografia que há dias vi, já amarelecida e bolorenta de tão velhinha, tirada nos anos cinquenta, no dia em que, na freguesia das Lajes, na Ilha Terceira, foi inaugurada a "Luz eléctrica" (passe o termo), com a presença, ao tempo, das autoridades de então.

Para além da distância de mais de três décadas que separa a mencionada inauguração da "Luz eléctrica" e esta que agora pretende levar a água a estas freguesias da Ilha Terceira, a diferença mais significativa consiste na cambalhota política, deveras surpreendente, daquelas dignas de figurar em qualquer exercício de ginástica em barras assimétricas do actual Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, ao fazer questão de ter ao seu lado - neste acto inaugural - o Senhor Presidente do Governo Regional.

É motivo para dizer-se que, neste caso, de contestatário a aliado vai um passo de formiga.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como é óbvio, regozijamo-nos pelas populações residentes nas freguesias do Raminho e Altares, na Ilha Terceira, finalmente terem sido contempladas com abastecimento de água domiciliária, esperamos que nas devidas condições, e aguardamos, também com satisfação, o dia em que as populações da Serreta e Doze Ribeiras forem contempladas.

O que não podemos deixar é de considerar este investimento como mais um "fiasco" da gestão autárquica do Presidente Joaquim Ponte, a juntar, entre outros ao da construção do Pavilhão gimnodesportivo assente sob uma falha sísmica e que, para colmatar essa "gafe", houve que proceder a trabalhos-a-mais em estruturas de consolidação do edifício, honorando substancialmente o valor orçado para essa obra.

E, Sr. Presidente e Srs. Deputados, já para não falar no investimento municipal para a instalação dos semáforos de trânsito, na cidade de Angra do Heroísmo, que, para além de infuncionais, havia sido orçado, segundo julgamos saber, em cerca de onze mil contos e que terá absorvido, após a obra concluída, à volta de vinte e quatro mil contos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É relativamente a estes aspectos, ou seja, do investimento de dinheiros públicos, aos critérios que lhe são subjacentes e a legalidade dos mesmos que quero chamar a vossa atenção.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, deveria explicar, de forma transparente, ou poderá ter que vir a explicar, como é que uma obra de construção de duas Lagoas Artificiais e respectiva rede de abastecimento tendo sido orçada em, mais ou menos, quatrocentos mil contos, atinge, hoje, segundo se ouve por aí, um montante que ronda os oitocentos mil contos, e isto quando falta, ainda, proceder à conclusão da construção da outra Lagoa Artificial destinada ao abastecimento de água domiciliária às freguesias da Serreta e Doze Ribeiras, também na Ilha Terceira, o que após a sua conclusão ter-se-á dispendido uma verba que rondará, se não ultrapassar mesmo, o montante de um milhão de contos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não se põe em causa a legitimidade da necessidade de se procederem a trabalhos-a-mais. O que exigimos é transparência de actuação e actuação na legalidade.

Coloca-se, sim, em causa o processo como foram dispendidos já, mais ou menos, oitocentos mil contos numa obra inacabada, que estava orçada em mais ou menos quatrocentos mil contos, e que após a sua conclusão rondará um milhão de contos.

Interessa saber como foi possível a execução dos trabalhos-a-mais, desta obra, sabendo-se que estes atingiram valores superiores aos permitidos por lei e sem que estes trabalhos-a-mais tivessem sido, tão pouco, submetidos a autorização do Plenário da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, conforme determina a lei.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo tem dito que o FEDER é que comparticipa, também, nos trabalhos-a-mais que terão honorado a referida obra.

Não é verdade.

Podemos garantir que o FEDER não comparticipa os trabalhos-a-mais. Então, de onde surgiram esses quatrocentos mil contos a mais já consumidos, bem como pelo menos mais duzentos mil contos que serão necessários para a conclusão da construção da segunda Lagoa Artificial?!

Srs. Presidente, Srs. Deputados:

O Presidente do Governo Regional dos Açores, em vez de permitir-se participar

em cerimónias inaugurais dignas de rivalizar com acontecimentos idênticos, de um passado de má memória, a que o 25 de Abril pôs fim, deveria explicar perante todas as Câmaras Municipais da Região, como é possível negarem-se verbas de poucos milhares de contos para financiamento de projectos para abastecimento de água a populações que nunca tiveram água, ou que a têm de forma deficitária, quando por outro lado se permite que se gastem incontroladamente milhares de contos em trabalhos ditos a mais, não identificados.

O Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, Joaquim Ponte, deve explicar à opinião pública, tem o dever de explicar publicamente, o seguinte:

Em primeiro lugar, por que razão a obra de construção das duas Lagoas Artificiais e respectivas redes de abastecimento, orçada em valores que rondavam os quatrocentos mil contos, já atingem números que rondam os oitocentos mil contos e, após a sua conclusão irá atingir, se não mesmo ultrapassar, o montante de um milhão de contos?

Em segundo lugar, se não é o FEDER que irá suportar a diferença do montante de gastos em trabalhos-a-mais - e não é - quem vai, então, dispendir essa verba?

Em terceiro lugar, por que razão é que, contrariamente ao que determina a Lei, não foi levado ao Plenário da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo nenhuma proposta para autorização dos respectivos trabalhos-a-mais?

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em última instância, a opinião pública de toda a Região tem o direito de ouvir uma explicação por parte da Administração Regional, e, neste caso, como é óbvio, na pessoa do Presidente do Governo Regional.

A transparência dos actos públicos e a defesa da legalidade assim o exigem.

DISSE!

Muito obrigado.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!
(Aplausos do PS)

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Manuel Valadão para prestar esclarecimentos.

Deputado Manuel Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não percebi muito bem se a intervenção do Sr. Deputado José Manuel Bettencourt pretende fazer concorrência aos outros dois deputados que fazem parte da Assem-

bleia Municipal de Angra do Heroísmo. Há aqui uma certa confusão.

Também não percebi muito bem se esta intervenção teria mais cabimento nessa Assembleia Municipal ou nesta Assembleia Regional.

De facto foram aqui levantadas várias questões que não poderiam ser respondidas aqui. O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo não é deputado nesta Assembleia e caberia a ele um determinado tipo de resposta.

Muitas coisas foram aqui ditas acerca de acertos, acerca de abastecimento de água. Eu não percebo muito bem como é que se critica que haja, de facto, água, por exemplo, no concelho de Angra do Heroísmo, que foi colocada de S. Sebastião aos Altares, percorrendo, portanto, todo o concelho, e agora se faça uma grande crítica depois de todo o esforço que foi feito.

De qualquer maneira queria dizer o seguinte:

Todos os acertos, Sr. Deputado, que foram necessários fazer, foram feitos em toda a sua extensão, nomeadamente no dia das eleições quando a população do concelho de Angra aumentou de 4 para 5 vereadores o número de elementos do PSD na Câmara de Angra.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não queria tecer nenhum comentário de fundo relativamente à intervenção que ouvi agora, uma vez que entendo que, em primeiro lugar, deve ser a Assembleia Municipal a pronunciar-se sobre as considerações que foram tecidas aqui, antes de ser o Presidente do Governo, independentemente porque acho que foram ditas aqui algumas coisas que eu reputo de alguma gravidade e, por conseguinte, julgo que deviam ser devidamente esclarecidas e o local próprio deve ser no seu sítio adequado.

Ainda ontem houve aqui uma pequena confusão sobre o seguinte: é que, de facto, os municípios têm estatutos próprios, têm leis próprias, têm uma autonomia própria, o Governo Regional não é o dono das autarquias e, por conseguinte, as autarquias regem-se por princípios e leis próprias.

Isso não impede que não colaboremos, que não tenhamos um relacionamento muito intenso e que não tenhamos ou que, concre-

tamente, o Secretário Regional da Administração Interna, não tenha que responder sobre algumas coisas que se passam nas Câmaras.

Finalmente queria dizer que acho bastante estranho esse aspecto das águas e a sua intervenção suscita-me um comentário e um protesto: é de que se há sector de que perspectivámos, ao nível comunitário, para apoiar é exactamente as autarquias.

Nós, ao nível do Programa Específico de Desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores (do PEDRAA) e do Programa Ultra-Periférico, que foi agora entregue em Bruxelas, prevemos auxílios extraordinários e vamos retirar do Planeamento do Governo Regional e, por conseguinte, do Plano de Investimentos da Região Autónoma dos Açores aprovado aqui nesta Câmara, mais de 10 milhões de contos.

Ora, isso significa que nós damos uma grande atenção e temos um grande empenhamento em que, realmente, as Câmaras consigam dar conta, sobretudo, desse tipo de iniciativas: tratamentos de lixo, esgotos, saneamento básico, água em condições, etc..

Como é óbvio, nós temos um grande empenhamento nisso e se realmente existem alguns sítios onde não há água em condições é bom que se levantem os problemas, que se coloquem os problemas, que se orientem para os sítios convenientes porque nós estamos interessados em dar resposta.

Muito obrigado.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Melo Alves.

Deputado Melo Alves (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

E para um breve esclarecimento sobre este assunto que acabou de ser focado. Não é um esclarecimento ao Sr. Deputado José Manuel Bettencourt porque ele sabe muito bem estas coisas, uma vez que já cá anda há muitos anos, mas um esclarecimento que possa chegar à opinião pública.

De facto o Presidente do Governo Regional e a Administração Regional não têm que ver com as Câmaras e esta Assembleia como órgão de Governo próprio da Região não tem que apreciar a gestão dos municípios. A Administração Regional não tem que ver com isso. A gestão dos municípios é apreciada pelo respectiva Assembleia Municipal. Portanto, não há que inquirir ao Presidente do Governo, ou ao Secretário Regional da Administração Interna, ou sequer ao Secretário Regional das Finanças por que é que as Câmaras não têm dinheiro para

isto ou para aquilo, por que é que as Câmaras aplicam o dinheiro desta forma ou daquela. O Poder Local é autónomo. Aqui, na Assembleia Regional, há sim que apreciar como actua o Governo perante as Câmaras e, recentemente, nós aprovámos aqui - salvo erro em Novembro ou Dezembro - um decreto legislativo regional sobre a "Cooperação Técnica e Financeira do Governo com as Autarquias Locais".

Aí, sim, nós é que aprovámos esse decreto e é que temos que fiscalizar o Governo e interrogá-lo sobre a maneira como ele aplica aquele decreto. Agora, fazer perguntas à Câmara, seja de Angra, seja do Corvo, não é correcto. Nós não temos que fazer perguntas nenhuma a eles. Têm sim, aqueles deputados que forem também membros das Assembleias Municipais, que o fazer, se quiserem e entenderem, na Assembleia Municipal respectiva.

Era só. Muito obrigado.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uso da palavra para protestar.

Depois das explicações dos meus colegas e dos esclarecimentos dados pelos mesmos, penso que as partes técnicas e locais ficaram esclarecidas.

Mas peço a palavra para protestar porque tínhamos acabado de assistir a duas intervenções - uma da bancada do Partido Socialista, mais concretamente do Sr. Deputado Manuel Serpa, outra da bancada do PSD, do Sr. Deputado Jorge Cabral - intervenções essas construtivas e acabámos agora por assistir a uma intervenção destrutiva no seu conteúdo.

E é uma intervenção com essa dimensão porque o Sr. Deputado vem a esta Câmara trazer preocupações por aquilo que se fez e não por aquilo que não se fez, quando o Sr. Deputado deveria estar preocupado era com aquilo que não se fez.

Mas mais: o Sr. Deputado ainda vem protestar contra a actuação correcta, contra a actuação mandatada pelo povo, de um jovem autarca, de "quatro costados", o que, na verdade, julgo que lhe deve doer muito.

Quanto à falta de água, Sr. Deputado, nós, num passado recente, víamos as forças políticas, de vários quadrantes, fazerem conferências de imprensa, protestando pela falta de água na Ilha Terceira.

E isso que nós agora queremos fazer, Sr. Deputado, ou seja, queremos divulgar também, com inaugurações e com tudo o que seja preciso, que estávamos atentos, que estávamos a trabalhar para resolver esse problema!

Quanto às referências ao Sr. Presidente do Governo, Sr. Deputado, por amor de Deus! Isso é mesmo o plágio das intervenções de um Deputado da sua bancada! Talvez seja, com certeza, para agradar ao "Chefe"!...

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Por acaso costuma dizer-se que "os últimos são os primeiros". Neste caso julgo que os últimos são os últimos e, assim sendo, vou começar pelo último para dizer que da interpretação que eu tenho em relação a esta intervenção, o convite feito pelo Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo ao Presidente do Governo Regional dos Açores, é que tem precisamente por intenção "agradar ao Chefe", fazendo aquele passo de formiga que eu referi: de contestatário a aliado no que mediou um acontecimento interno do próprio Partido Social Democrata.

Em relação ao Deputado Manuel Valadão queria dizer-lhe o seguinte: as Assembleias Municipais são sede própria de debate das questões municipais, mas não têm o exclusivo desse debate. O debate máximo de todas as questões da Região Autónoma dos Açores tem a sua sede na Assembleia Legislativa Regional dos Açores. Mas devo dizer-lhe uma coisa, Sr. Deputado: é que estas questões têm sido levantadas com toda a pertinência por companheiros meus que estão na Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, só que têm caído em saco sem fundo, em Câmara sem ressonância porque nós sabemos como é que aquelas coisas funcionam lá pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Deixe-me dizer, Sr. Deputado, que o assunto que aqui trouxe é um assunto importante. Não está em causa - e eu disse-o na minha intervenção - a execução de qualquer obra. O que está em causa é o critério e a legalidade. O que está em causa é saber-se como é que uma obra, que havia sido orçada em 400 mil contos, ainda não está concluída, já vai em trabalhos-a-mais que rondam os 800 mil contos e, após a sua conclusão, irá ficar a rondar 1 milhão de contos quando se sabe que não é permitido

por lei determinada percentagem em trabalhos-a-mais relativamente à obra orçada.

Mais grave, e o que eu levantei, não foi a obra em si e disse que eram legítimos inclusivamente os trabalhos-a-mais. E grave, e o Sr. Presidente da Câmara Municipal obviamente não tem que responder aqui, mas por não ter que responder aqui, eu, como deputado, não posso inibir-me de falar aqui sobre um problema que reputo importante e possivelmente muito grave, mas poderá responder em sede própria e deverá fazê-lo e eu gostaria muito que o fizesse.

- Como é que estes trabalhos-a-mais não foram colocados, como determina a lei, a autorização do Plenário da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo?

- Quem é que decidiu destes trabalhos-a-mais e dos seus custos se não foi o Plenário da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, conforme determina a lei?

São estas questões que eu coloquei na minha intervenção: transparência de métodos e de actuação, legalidade acima de tudo. A água que venha será sempre bem-vinda! Não estou contra a obra: estou, sim, com dúvidas quanto a processos obscuros que poderão estar subjacentes à construção desta obra.

Relativamente ao Sr. Secretário Regional que diz que reputava de alguma gravidade as minhas declarações, é um direito que lhe assiste. Eu, pessoalmente, reputo que poderá haver gravíssimas situações de irregularidades, neste momento, na administração da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, e seria bom que o PSD, que está aberto a todas as políticas de transferência, desse o exemplo, tomando a iniciativa de apresentar uma proposta de resolução de inquérito, por exemplo, à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Se não tem medo faça-o porque, possivelmente, irão descobrir muitas coisas irregulares e ilegais.

Por outro lado, o que se pergunta também é o seguinte:

- Se esta obra estava orçada em 400 mil contos, já vai em trabalhos-a-mais com mais 400 mil contos, para concluí-la serão necessários mais 200 mil contos, de onde é que virá este dinheiro, de onde é que virá esta verba?

Foi, salvo erro, o Sr. Deputado Melo Alves que fez referência de que é possível e que há, aliás, uma base legal que proporciona uma cooperação técnica e financeira com as autarquias locais.

- Por que é que, na base dessa cooperação

técnica e financeira, têm sido negados alguns poucos milhares de contos a outras Câmaras Municipais para fazer investimentos em redes de águas a populações que nunca tiveram água ou que a têm de forma deficiente, e se permite que se gastem descontroladamente e sem qualquer justificação - porque este assunto não foi levado ao Plenário da Câmara - milhares de contos em trabalhos-a-mais?

São estas situações que era preciso descobrir, como era preciso descobrir - e já que estamos agora nesta matéria - e como seria útil saber-se onde é que a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo foi buscar o dinheiro para o saneamento básico do Bairro Desterro/Guarita, quando se sabe que não safu do orçamento da Câmara e há quem diga pelas esquinas que terá sido desviado das verbas da CEE para o Ribeirinha/Cabo da Praia, assim como seria necessário e útil descobrir-se se é verdade ou não, que a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo tem pago facturas à empresa construtora do abastecimento de água Ribeirinha/Cabo da Praia para determinadas tubagens que, garantem-nos, se forem abertas as valas não existe lá tubagem nenhuma.

São dúvidas que ficam no ar, mas que era muito bom que fossem esclarecidas para que não se esteja a criar mitos que, ao fim e ao cabo, na verdade poderão ter pés de barro.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Carlos Simas.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não posso aceitar que o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt venha aqui a esta Câmara portar-se como pessoa menos responsável quando aqui afirma que os responsáveis autárquicos da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e, em termos de suspeita, levante algumas questões sempre na base do "ouvi dizer", do "consta que" sobre a gestão autárquica do meu companheiro Joaquim Ponte.

Se isso não fosse de facto um assunto aqui trazido acerca de água e de saneamento básico, que é um assunto tão grave, eu diria mesmo que o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt está, ao fim e ao cabo, a afirmar-se nesta Câmara por aquilo que não é capaz de fazer no seu próprio concelho.

Por favor, Sr. Deputado, tratando-se de coisas sérias, que é a água para as nossas

populações, não venha para esta Câmara meter tanta água!

Muito obrigado.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Era para um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

Sr. Deputado, pelas contas que aqui mais ou menos fiz de cabeça da sua exposição, essa obra não estará em 400 mil contos porque, como o Sr. Deputado repetiu isso seis vezes, já deve estar, neste momento, em 6 milhões e 400 mil contos.

A pergunta, no fundo, era a seguinte:

O Sr. Deputado com certeza deve saber que as obras dessa envergadura se regem pelas chamadas "empreitadas de obras públicas", isto é, há um código de "empreitadas de obras públicas", e que isso é sujeito a um regime de empreitada.

- O Sr. Deputado conhece ou não conhece o caderno de encargos da obra?

A segunda pergunta que lhe quero fazer é a seguinte:

- Conhece o regime da empreitada, ou seja, como é que foi adjudicada essa empreitada?

E já agora gostaria que me respondesse ao seguinte:

- O Sr. Deputado sabe se estavam ou não previstos trabalhos-a-mais no próprio caderno de encargos?

- O Sr. Deputado sabe se estavam ou não previstas revisões de preços?

- O Sr. Deputado tem conhecimento correcto disto?

(Afirmativa inaudível do Sr. Deputado José Manuel Bettencourt)

O Orador: Então faça o favor de me responder.

Presidente: O Sr. Deputado vai responder quando eu lhe der a palavra. Agora tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Valadão.

O Orador: Eu ainda não terminei, Sr. Presidente!

Presidente: Então faça o favor de continuar.

O Orador: Em relação às várias suspeições que o Sr. Deputado aqui levanta sobre várias obras, inclusivamente tubos que não existem no chão, é evidente que eu não quero repetir o que já disseram aqui alguns outros colegas meus de bancada, mas eu penso que haverá limites à irresponsabilidade dos deputados.

Naturalmente todos sabemos que o deputado não é responsável pelos actos que pratica no exercício das suas funções, mas parece-me que o Sr. Deputado estará a exagerar um bocadinho.

Era só isto que eu lhe queria dizer.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Valadão.

Deputado Manuel Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou fazer um protesto - o que não é frequente fazer - porque há aqui afirmações graves por parte do Sr. Deputado José Manuel Bettencourt quando fala em "falta de transparência de métodos", em "irregularidades" e faz o levantamento dessas suspeições de um modo, quanto a mim, um tanto ou quanto leviano.

É quanto a isso que eu quero protestar com veemência. A campanha eleitoral foi há pouco tempo - até dá a impressão que a gente está em campanha eleitoral - e, na altura, foi colocado à disposição de todas as forças concorrentes a visita à Câmara Municipal de Angra e dada a possibilidade de se verificarem todas essas coisas.

Por conseguinte, acho muito estranho que uma situação dessas surja neste momento.

Julgo que essas afirmações devem ser fundamentadas em vez de as fazer levianamente. Daí o meu protesto.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Compreendo perfeitamente bem os protestos oriundos da parte dos deputados do PSD, na medida em que eu abordei um assunto que vos é muito incómodo.

Os Srs. Deputados não gostam de ouvir críticas em situações relativamente às quais os senhores próprios não têm certezas. O caso concreto é aquele que eu referi e, ao fim e ao cabo, quem colocou questões que eu considero pertinentes foi o Sr. Deputado Victor Evaristo.

Na Câmara Municipal de Angra do Heroísmo conhece-se muito pouco e conhecem-se muito poucas coisas, e aquilo que eu digo reside na circunstância dos próprios vereadores da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo desconhecerem, em sede própria de Plenário da Câmara, a decisão de se avançar para trabalhos-a-mais. Esta questão não foi levada a Plenário da Câmara conforme determina a lei! O caderno de encargos

pode prever tudo, mas também há uma disciplina para o faseamento da respectiva obra e uma delas diz que "os trabalhos-a-mais nunca poderão exceder determinada percentagem da obra orçada - neste caso excedeu - e que o montante dos trabalhos-a-mais terá que ser autorizado em Plenário da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Não foi feito! O Presidente da Câmara disse em plena Assembleia Municipal que era o FEDER que ia suportar essas despesas e esses custos.

Não é verdade! O FEDER não comparticipa trabalhos-a-mais!

São estas questões! Não há aqui nenhum sentido de intervenção destrutiva. Antes, pelo contrário, é de que se desfaçam determinadas imagens e se apure a veracidade dos factos que eu trouxe aqui esta questão. A lei tem que ser respeitada e ninguém sabe quem é que autorizou os trabalhos-a-mais e donde é que vem o dinheiro para cobrir esses trabalhos-a-mais.

Era bom que alguém respondesse: ou a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, ou a entidade de tutela que, em última instância, é o Governo Regional.

Daí que eu não retire as minhas palavras relativamente à responsabilidade que também cabe, nessa matéria, ao Governo Regional. Uma coisa é certa: deve ser esclarecido, mais que não seja para ilibar a pessoa do Presidente da Câmara Municipal. Ou ele o responde por motu próprio, ou, então, poderá haver uma iniciativa de inquérito (aí sim!) para apurar se eu falo verdade ou se não falo verdade. Eu estou disposto a ir nessa iniciativa para apuramento dos factos porque não basta fazer folclore com inaugurações "bonitinhas" na base de obras que podem ter subjacentes grandes e graves irregularidades de administração e de legalidade.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu quero dizer ao Sr. Deputado que lhe pedi realmente a gentileza de me esclarecer sobre quatro pontos.

Em primeiro lugar perguntei se o Sr. Deputado conhecia o caderno de encargos da obra - o Sr. Deputado não me respondeu; se conhecia o regime da empreitada da obra - também fiquei na mesma; se o Sr. Deputado sabia se tinha havido ou não alteração ao plano inicial da obra, o que pode ou não justificar os trabalhos-a-mais

em termos diferentes daquilo que o Sr. Deputado diz aqui, ou julga que diz, ou julga que sabe - eu desconfio é que o Sr. Deputado não sabe sequer nada sobre a lei de empreitadas de obras públicas; e também se estava ou não prevista a revisão de preços.

Peço-lhe muita desculpa, mas o Sr. Deputado não respondeu a coisa nenhuma e, portanto, terei que lhe dizer que quem está a fazer folclore aqui dentro desta Casa é o Sr. Deputado!

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt para um protesto. Peço-lhe, nos termos regimentais, que seja breve.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Vou ser muito breve.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não vou responder aqui a tudo o que o Sr. Deputado Victor Evaristo quer porque penso que este assunto não vai ficar esgotado aqui e não pode ficar esgotado aqui. O que lhe posso dizer é o seguinte:

Eu conheço as quatro situações que o Sr. Deputado colocou. O que eu lhe digo é que a tramitação destas quatro questões - caderno de encargos, plano de revisão da empreitada, etc. - não tiveram um seguimento legal. Os trabalhos-a-mais, como a lei determina, deveriam ir ao Plenário da Câmara Municipal de Angra e não foram!

Assim sendo, é preciso saber quem é que tomou a responsabilidade destes trabalhos-a-mais - porque não foi o Plenário da Câmara Municipal - e é preciso saber donde é que vem o excedente para o pagamento destes trabalhos-a-mais quando é sabido que não é verdade o que disse o Presidente da Câmara de Angra, ou seja, que seria o FEDER a pagar. O FEDER não paga trabalhos-a-mais! Quem é então que paga? Se for o Governo, pois que seja o Governo, mas é preciso é que se saiba que foi o Governo Regional!

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, o Partido Socialista esgotou o seu tempo nesta prorrogação da hora e não há mais deputados inscritos.

Assim sendo, vamos encerrar o Período de Antes da Ordem do Dia.

Antes, porém, queria pedir desculpa porque quando a Mesa anunciou os assuntos com interesse para a Assembleia esqueci-me de dizer que tinham dado entrada na Mesa duas iniciativas legislativas, concre-

tamente as Propostas de Decreto Legislativo Regional "Regime de Preços" e "Orgânica Regional do Planeamento". Baixaram ambas à Comissão de Finanças e Planeamento para emissão de parecer até 18-05-90.

Passamos agora ao Período da Ordem do Dia.

O primeiro ponto é uma **Anteproposta de Lei sobre "Contração de Empréstimos"**.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças para apresentar esta matéria.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Esta Anteproposta de Lei que vem aqui à Assembleia Legislativa Regional destina-se a financiar alguns projectos incluídos no Plano de Médio Prazo e outros projectos incluídos no Programa Nacional de Interesse Comunitário.

Esses projectos são projectos de grande alcance para o desenvolvimento de algumas ilhas. Nós temos obras incluídas, tal e qual como apresentei na Comissão da especialidade, na área dos transportes, nomeadamente relacionadas com um porto concreto, que é o porto das Flores; temos, no caso da Ilha do Pico, a melhoria dos transportes da referida ilha e num caso mesmo um prolongamento; temos alguns troços de estradas que são extremamente importantes sobretudo nas principais ilhas; temos também um conjunto de obras relacionadas com o turismo e que dizem respeito à recuperação de alguns imóveis que se encontram, neste momento, numa situação degradada e cuja utilização vai ser para animação turística e, por conseguinte, um conjunto coerente de programas com algum carácter reprodutivo e que vão incluir esse "package".

São 7 milhões de contos que nós não tencionamos propor todos de uma vez. Por conseguinte, haverá um primeiro "package" à volta dos 4 milhões de contos e o outro provavelmente à volta dos 3 milhões. Isto já está acordado com o Banco Europeu de Investimentos. Tivemos o ano passado uma missão do Banco Europeu de Investimentos que depois de analisar os projectos em causa, depois de visitar os locais em causa, depois de fazer o estudo técnico, por conseguinte houve aqui uma missão técnica e de engenharia ligada ao Banco Europeu - um técnico espanhol, um alemão e um inglês - veio cá a Comissão Financeira que aprovou para o ano em curso, ou melhor, disse que tínhamos capacidade, relativamente ao Plano e ao Programa Nacional de Interesse Comunitário, de apresentar projectos a

serem co-financiados, podendo atingir os 13,6 milhões de contos.

São sabidas as condições em que nós temos acesso ao Banco Europeu de Investimentos. Essas condições são excelentes. O ano passado o Banco Europeu de Investimentos concedeu à Região Autónoma dos Açores - e posso afirmá-lo agora aqui publicamente - o melhor empréstimo dos seus 30 anos de vida, isto é, um empréstimo que se situava no escalão dos 16 a 20 anos com 5 anos de carência e com uma taxa de juro média que, incorporado o risco cambial e outros, não atingiu os 7%.

Por conseguinte, só atendendo ao carácter ultraperiférico e ao facto de vivermos em ilhas com as nossas características é que o Banco Europeu de Investimentos empresta nessas condições.

Esse empréstimo, neste momento, revela-se de uma importância fundamental porque o Banco Europeu de Investimentos, como sabem, é uma das instituições envolvidas na criação do futuro Banco de Apoio às chamadas "Economias de Leste".

E evidente que em matéria de financiamentos europeus nós temos toda a vantagem em realizar e, enfim, darmos as mãos para que os nossos projectos, apresentados no Quadro Comunitário de Apoio e os projectos que são candidatáveis ao abrigo do Banco Europeu de Investimentos, sejam realizados, porque eu tenho receio que as condições e as perspectivas que se abrem agora possam, num horizonte não muito distante, sofrer algumas modificações.

Era isto que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo pedidos de esclarecimento sobre esta apresentação declaro aberto o debate na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Como é referido no Relatório da Comissão trata-se de facto de um acto formal, pois o Decreto Legislativo Regional do Orçamento já consignou a autorização do empréstimo.

Como é sabido também temos a posição de que o recurso ao endividamento sistemático não pode ser encarado como solução para o desequilíbrio financeiro existente e não reconhecido.

Como temos declarado pensamos que é urgente reverem-se questões relacionadas com as receitas - e ontem incluíram-se na proposta de Lei de Revisão do Estatuto

alguns preceitos que vão nesse sentido, mas é também, necessário examinarem-se as despesas, nomeadamente muitos aspectos megalómanos e desadequados ligados a despesas do Plano.

Reequilibrar as finanças regionais será, por um lado, obter as receitas que legitimamente nos são devidas, mas será, por outro lado, realizar políticas correctas e adequadas aos meios disponíveis.

Aprofundar este debate, em ocasião apropriada, é tão necessário quanto urgente, sendo útil a este propósito lembrar ser tempo de, já este ano, se proceder às discussões do Orçamento de forma mais adequada e profunda.

Como é sabido manifestámos reservas, aquando da discussão do Orçamento e esta política de endividamento.

Como temos vindo a declarar estamos disponíveis para contribuir no sentido de se encontrarem soluções que permitam vir-se a estabelecer um adequado equilíbrio financeiro.

Pesando as nossas reservas, mas pensando poder estar para breve uma nova atitude do Governo e da maioria quanto à forma e profundidade da discussão do problema financeiro nesta Assembleia, optamos por nos abster em relação a esta proposta.

Disse.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Ricardo Barros.

Deputado Ricardo Barros (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao apresentar a Ante-proposta de Lei nº 6/90, o Governo Regional pretende que esta Assembleia o autorize a contrair junto do Banco Europeu de Investimentos um empréstimo de sete milhões de contos com vista a financiar investimentos previstos no Plano a Médio Prazo e no Plano Nacional de Interesse Comunitário.

Aparentemente, estamos perante um mero acto formal que, como refere o Parecer da Comissão de Finanças e Planeamento "decorre da imposição do nº 3 do artigo 101º da Lei 9/87 de 26 de Março".

Porém, não pode, esta Assembleia, ficar indiferente ao endividamento galopante da nossa Região, sobretudo, numa altura em que o Governo Regional negocia um arranjo financeiro com o Governo da República porque, ou o dossier entregue em Lisboa não encontrou qualquer acolhimento por parte do Governo de Cavaco Silva - o que põe em causa a solidariedade entre governantes do mesmo Partido - ou, a situação finan-

ceira da Região é muito grave e, neste caso, importa clarificar, nesta Assembleia, a dimensão real da crise para que possamos tomar, solidariamente, as medidas que se impõem.

É preciso que esta Assembleia saiba, por exemplo, se o Governo Regional já recebeu os seis milhões de contos da Base das Lajes, referente ao ano de 1989 porque, caso o não haja recebido, não faz sentido que, neste momento, a Região contraia um empréstimo de valor idêntico, em vez de exigir ao Governo da República o dinheiro que afinal é da Região.

Sem quantificar a dimensão da dívida actual e sem que o Governo diga a esta Assembleia qual o limite da capacidade de endividamento da Região, não é possível aprovar mais um empréstimo até porque, na ante-proposta de Lei, o Governo nem sequer explicita em que projectos irá aplicar as referidas verbas.

Finalmente, importa saber se não estamos novamente perante uma Ante-proposta de Lei mal fundamentada que o Grupo Parlamentar do PSD se encarregará de alterar demonstrando, uma vez mais, que afinal conhece as necessidades financeiras da Região melhor do que o Governo que suporta.

Pela nossa parte, não estamos dispostos a passar um cheque em branco, por isso aguardamos serenamente as explicações do Governo às questões colocadas para podermos determinar o sentido do nosso voto.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Teixeira.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não fora a intervenção que acabei agora de ouvir e não sentiria necessidade de usar da palavra. E não sentiria necessidade na medida em que julgo estarem suficientemente explicitados no relatório da Comissão os motivos e, assim sendo, parecer-me-ia desnecessário intervir nesta matéria.

Foi inclusivamente o Sr. Deputado Ricardo Barros um dos participantes da Comissão que aprovou este relatório que foi distribuído a todos os Srs. Deputados e em que reconheceu que este seria um acto meramente formal - essa questão já foi debatida longamente nesta Assembleia em anterior situação - na medida em que o Governo Regional já tem autorização desta Assembleia para contraír empréstimos até 8 milhões de contos.

Isso está numa lei aprovada por esta Assembleia, Sr. Deputado! Nós chegámos a essa conclusão nas discussões que tivemos em plena Comissão.

Ora, o Sr. Deputado, inicialmente, vem afirmar isso e, depois, através da sua intervenção, diz precisamente o contrário.

Além disso, é necessário que se diga também que, quando o Sr. Deputado fala na confusão, naquilo que precisa de saber e não sei que mais acerca da dívida regional, eu também fico pasmado, na medida em que a Comissão pediu ao Sr. Secretário Regional das Finanças para estar presente na Comissão e para elucidar os membros da mesma sobre esta matéria.

Nessa altura tivemos os números que estão aqui e foi dito que, em relação à dívida, não havia alteração em relação à situação anterior, ou seja, a Dezembro de 89. O Sr. Secretário dispôs-se ainda a prestar todas as informações que o Sr. Deputado pretendesse e, agora, vem para aqui dizer que não conhece a dívida, que não sabe isto, que não sabe aquilo?!

Parece-me que o Sr. Deputado anda a dormir e que faz que vai trabalhar e não trabalha. No fundo, se calhar, o Sr. Deputado quer é confundir as pessoas.

Muito obrigado.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Barros.

Deputado Ricardo Barros (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu penso que o Sr. Deputado Carlos Teixeira é que anda muito confundido e parece que não esteve aqui ontem e não aprovou o que aprovou em matéria de dúvidas quanto à dívida real da Região porque efectivamente aquilo que o Sr. Deputado ouviu na Comissão - e que eu ouvi também na Comissão - não foi, nem de longe nem de perto, o montante que ontem aqui se afirmou e não foi desmentido.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças para prestar um esclarecimento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar quero dizer ao Sr. Deputado Ricardo Barros que entreguei, na altura, na Comissão, uma coisa que se chama "Anexo - Descrição Técnica:

A - infraestruturas de Transportes do Plano de Médio Prazo 89/92;

B - PNIC - Programa Nacional de Interesse

Comunitário".

Neles figuravam os projectos, os programas e tudo o mais. Mas eu não os entreguei agora! Agora entreguei-os a outra pessoa que nem sequer fazia parte da Comissão, a Comunicação Social tem conhecimento disso, o Presidente do Grupo Parlamentar também tem, foi distribuído lá e explicado em pormenor tudo isso.

O que eu acho muito estranho é que as pessoas que lá estiveram como os Srs. Deputados Ricardo Barros, Francisco Sousa e Luís Filipe Cabral, não tenham manifestado as suas dúvidas.

No que respeita à descrição técnica dos projectos e sem saber quais são os programas, não me parece que deva vir agora para aqui dizer que não sabe.

Relativamente à dívida, devo dizer e reafirmar aquilo que disse aquando da Comissão: a dívida pública efectiva e declarada do Governo Regional dos Açores era, de facto, aquela que eu disse em 31 de Dezembro de 89.

Reconheço aquilo que disse aqui ontem relativamente àquele episódio que foi levantado pelo CDS, como disse também e afirmei na altura que temos dúvidas quanto à metodologia, que temos dúvidas quanto ao apuramento, que temos dúvidas quanto à constitucionalidade, que temos dúvidas quanto ao resultado e, por conseguinte, a dívida pública efectiva, contraída directamente pelo Governo Regional, foi aquela que eu apresentei aqui ao Sr. Deputado.

É evidente que existem outras coisas que estão ainda por apurar, existem protocolos por realizar e quando esses protocolos forem feitos tenho a expectativa que a dívida em vez de subir vai diminuir.

Muito obrigado.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS tem o entendimento de que esta Anteproposta de Lei, apresentada pelo Governo Regional, é tão só a execução prevista e normal que decorre da aprovação do Orçamento da Região Autónoma dos Açores nesta Assembleia Regional, na altura proposto pelo Governo Regional.

Portanto, o Grupo Parlamentar do CDS na altura própria, como é do conhecimento de todos, apresentou as razões pelas quais discordava da política subjacente aos documentos que então o Governo aqui tinha

apresentado e, por conseguinte, agora, em coerência, estava à espera que o Governo apresentasse este documento com vista à execução do seu Orçamento.

Como é óbvio, vai abster-se nessa matéria porque tem que estar em coerência com a votação que fez na altura e com os comentários que tem feito na sequência da própria execução que o Governo tem vindo a efectuar.

Tem plena consciência de que o facto de uma ou outra dotação, também prevista no Orçamento Regional, estar com menor ou maior grau de adiantamento relativamente ao seu recebimento, não tem interferência directa na obtenção de um financiamento que também está previsto e que é doutra dotação que, neste caso, corresponde aos empréstimos que o Governo se comprometeu perante esta Casa que iria recorrer para cumprir a sua política.

Daí que estejamos compreensivos em relação a esta anteproposta - o Governo não teria outra, a não ser que acontecesse o milagre de nos vir dar uma boa notícia, dizendo que tinha encontrado uma outra reforma de financiamento que não esta (pelos vistos isso não aconteceu!) - e, por conseguinte, a nossa abstenção.

Um pormenor só, relativamente ao facto do Sr. Secretário Regional ter informado esta Câmara de que, na verdade, tinha distribuído, no âmbito da Comissão Parlamentar competente desta Assembleia, alguns elementos informativos adicionais. O Parecer da nossa Comissão realmente dá algumas informações. Julgo, porém, à laia de sugestão, que nesse tipo de matérias, e atendendo à ansiedade de informação que a todos nos envolve, talvez não fosse demais que as Comissões - esta e outras da Assembleia - sempre que possível, anexassem aos seus Pareceres esses documentos, sob pena de que alguns deputados estejam realmente na posse absoluta desses documentos, a própria Comunicação Social (e muito bem!) já os tem, particularmente o Sr. Secretário Regional (e amavelmente) tem a atenção de, nos corredores, nos facultar esses elementos, mas, sinceramente, parece-nos que deve ser a estrutura de funcionamento da Assembleia Legislativa Regional, através da própria Comissão, a fazer essa distribuição oficial, digamos assim, perante toda a Assembleia.

É uma sugestão que fica e que nos parece que enriqueceria o acesso a essas informações.

Seja como for, é uma questão lateral

e o que importa aqui é o nosso sentido de abstenção relativamente à anteproposta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Teixeira para prestar um esclarecimento.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A Comissão de Finanças e Planeamento não apresentou, junto com o seu Parecer, o documento a que agora nos estamos a referir na medida em que, neste próprio Parecer, se refere que não há alteração à dívida pública regional em relação a Dezembro de 1989.

Portanto, não havia realmente nenhuma alteração à discussão havida aqui nesta Assembleia quando se aprovou o Plano e o Orçamento e relativamente à dívida pública regional que adicionasse qualquer informação além daquela que está aqui referida, ou seja, que não há alteração relativamente à dívida pública regional de Dezembro de 1989 - pelo menos até ao momento em que a Comissão ouviu o Sr. Secretário Regional das Finanças.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para pedir um esclarecimento ao Sr. Secretário Regional.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional das Finanças:

É só para dizer que estive na Comissão e o único documento que lá recebi está aqui.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): O que é isso?

O Orador: Foi este documento que o Sr. Secretário me entregou como membro da Comissão.

Este outro, que agora há um camarada meu que me diz que foi entregue na Comissão, não foi na Comissão onde eu estive e onde o Sr. Secretário também esteve.

Portanto, deve haver aqui troca de informações: este documento que o Sr. Secretário diz que entregou, pode ter sido entregue ao Presidente da Comissão...

(À parte inaudível do Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento)

O Orador: E só para rectificar que não foi entregue à Comissão nenhum documento a não ser o documento que tem a ver com outra questão e não com o empréstimo.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro pede a palavra para?...

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Para um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É uma coisa sem importância, mas realmente já se tem falado tanto em documentos que, no fundo, também já não sei se até recomendei à Comissão e se pedi um documento que não existe.

O que eu quero é deixar claro que a recomendação que eu estava fazendo à Comissão era perante o facto de ter sido anunciado a esta Câmara que havia um documento que nós não conhecíamos e, possivelmente, ele pudesse ter existido na Comissão.

O esclarecimento do Sr. Deputado Dionísio de Sousa contribuiu para alguma coisa. Fica a recomendação à mesma: sempre que haja documentos, como é mais ou menos norma, eles que sejam do conhecimento posterior de todos nós.

Era só esta a questão.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, suponho que este assunto está esclarecido e a proposta do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro também está entendida.

Assim sendo, julgo que não vale a pena estarmos a gastar mais tempo nesta matéria e, uma vez que não há mais inscrições na generalidade para esta Anteproposta de Lei, vou pô-la à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Anteproposta de Lei façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A Anteproposta de Lei foi aprovada por maioria com 25 votos favoráveis do PSD, recebendo 19 abstenções do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos agora à especialidade.

Está à discussão o artigo 1º. Não havendo intervenções passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 1º façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado por maioria com 25 votos favoráveis do PSD, recebendo 19 abstenções do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Está agora à discussão o artigo 2º. Não havendo intervenções passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 2º façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 2º foi aprovado por maioria com 25 votos favoráveis do PSD, recebendo 19 abstenções do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Fica então aprovado este documento que baixa à Comissão para a redacção final.

Srs. Deputados, passamos agora ao ponto nº 2 da nossa Ordem do Dia que se refere à "**Criação do Conselho Consultivo Regional da Juventude (CCRJ)**".

Pergunto aos Srs. Deputados se entendem que os vários projectos devem ser postos à discussão na generalidade em conjunto.

(Pausa)

Não vêem inconveniente em que a discussão na generalidade se faça em conjunto.

Assim sendo, está aberta a discussão na generalidade destes Projectos de Decreto Legislativo Regional sobre a "Criação do Conselho Consultivo Regional da Juventude": um do Partido Socialista, outro do Partido Comunista e outro do Partido Social Democrata.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Por iniciativa do Partido Comunista Português deu entrada nesta Assembleia no dia 26 de Setembro passado o Projecto de Decreto Legislativo Regional propondo a criação do Conselho Consultivo Regional da Juventude, o qual, nesse mesmo dia, baixou à Comissão dos Assuntos Sociais com pedido de parecer até daí a três meses, ou seja, "Dezembro de 1989", data esta que posteriormente veio a ser prorrogada.

Em 8 de Fevereiro do corrente ano daria entrada o Projecto do PSD com o mesmo objectivo e em 2 do corrente mês o do Partido Socialista. Nos dias 5, 6 e 7 do corrente mês a Comissão de Juventude

e Formação emitia o seu parecer sobre estes projectos, após tê-los aprovado por unanimidade na generalidade, sugerindo o texto alternativo que espero e desejo ver hoje e aqui aprovado. Pela nossa parte votá-lo-emos favoravelmente na sua totalidade.

Honrámo-nos de ter aberto este processo ao apresentar o nosso projecto e fizemo-lo por diversas razões entre as quais queremos realçar a importância que damos à participação dos jovens na vida política e social da nossa Região, contribuindo assim para que a política de juventude possa ir ao encontro dos seus anseios e aspirações.

Deputado Carlos César (PS): Não participa em nada!

O Orador: Sr. Deputado, apenas temos de lamentar que o seu partido seja constituído por pessoas tão velhas e tão anquilosadas.

(Risos do PS e do PSD)

(À parte inaudível do Sr. Deputado Carlos César)

O Orador: Sr. Deputado, a juventude tem de se analisar a nível de idade e a nível de mentalidade e em relação a mentalidades estamos conversados!

Deputado Carlos César (PS): O Conselho de Juventude consigo!!!

O Orador: Para nós a criação deste Conselho é uma medida legislativa inovadora, dando aos jovens um papel de importância relevante na acção que concertada irão ter junto da Secretaria Regional da Juventude.

Com a aprovação deste Decreto Legislativo esta Assembleia, em nosso entender, está a contribuir para que a Juventude Açoriana participe directamente na resolução dos seus problemas, para que dialogue entre si e com a governação, e contribua com sugestões válidas, que decerto serão úteis ao Governo Regional na condução da política juvenil.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Meireles.

Deputado Rui Meireles (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Juventude constitui uma fase da vida humana com características próprias estudadas apaixonada e profundamente por psicólogos sobretudo na época contemporânea, cantada por poetas desde os tempos mais remotos como a idade mais bela do homem e descrita por escritores como a idade propiciadora de feitos pujantes

de generosidade e de rasgos heróicos orientados pelo idealismo puro de quem defende a ideia pela ideia.

A Juventude é às vezes tida no conceito de certos adultos como a idade da irreverência, da contestação, do desmantelamento dos tabús e dos pergaminhos sociais.

A Juventude tem estado, sempre, na vanguarda dos grandes acontecimentos de viragem da História da Humanidade de que a Primavera de Praga, o Maio de 68, a praça de Tian Men são exemplos recentes para não falar na força gigantesca jovem que está por detrás da perestroika dos nossos dias, embora dela pouco ou nada se fale.

Mas para não permanecermos apenas em exemplos estrangeiros, quem se não lembra do movimento dos jovens intelectuais coimbrões de que Antero de Quental foi um dos expoentes máximos conhecido na História da Literatura Portuguesa por "Vencidos da Vida" na revolução das letras e que virou a página do romantismo para o realismo?

Quem não tem presente o contributo das greves de estudantes de 1961 de conteúdo nitidamente **político-contestatório** ao regime de então e que fez tremer o Governo?

Estes, alguns exemplos que achei por bem trazer à reflexão dos Srs. Deputados para recordar algumas das potencialidades da juventude no domínio das revoluções tanto intelectuais, como políticas no momento em que esta Assembleia se prepara para discutir e aprovar o Conselho Consultivo Regional de Juventude que, como órgão consultivo, vai ter voz participativa face à definição das políticas sócio-económicas e educacionais gizadas para a Região com incidência no mundo do trabalho e não só.

No momento actual da História Regional em que escasseiam os empregos feitos e há uma necessidade imperiosa de se fazer a revolução do progresso tecnológico e travar a batalha do desenvolvimento, não tem o Grupo Parlamentar do CDS, dúvida nenhuma de que o êxito da vitória só está assegurado com a participação activa e construtiva da Juventude Regional.

Deputado Carlos César (PS): Eu tenho dúvidas dessa participação!

O Orador: E é preciso aceitar, com humildade, que a Juventude tem sido grandemente sacrificada pela crise provocada pela revolução do 25 de Abril não só no mundo do trabalho, mas também no mundo da educação e ensino. Os rodízios da revolução triturou-

-a, fez dela cobaia de métodos do ensino e conteúdos programáticos mal copiados e assimilados de compêndios estrangeiros e sacrificou-a com a crise económica e financeira que se lhe seguiu.

Este Conselho Consultivo vem pois colmatar uma lacuna existente no quadro institucional da política autonómica regional, que para além do muito que se possa dizer salientarei apenas o reflexo positivo na formação política dos jovens e o seu despertar para as questões da "república" tornando-os participantes no debate desses problemas e ainda a maturação da sua consciência para as responsabilidades futuras que naturalmente assumirão no contexto regional.

Terão os jovens que aceitar também com humildade que o seu contributo, embora inestimável, se revestirá, nesta fase, de carácter meramente consultivo, pois há medidas e atitudes político-administrativas que carecem de maior ponderação no quadro decisório.

Aquando da análise e discussão deste projecto em Comissão, foi feito um esforço de todas as forças políticas para encontrar consensos e produzir um documento que espelhasse o espectro juvenil regional na sua vertente representativa das mais variadas sensibilidades desde as filantrópico-religiosas até às intelectuais e laborais.

A sua composição assenta também em critérios de base realista nem tão numerosa que lhe retire operacionalidade, nem tão diminuta que lhe não assegure representatividade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa justifica-se por completo. Vamos votá-la favoravelmente na versão elaborada pela Comissão da Juventude e Formação e formulamos votos para que no campo prático o Conselho Consultivo Regional de Juventude corresponda às expectativas que os jovens naturalmente nele depositam e a Região dele espera.

Disse.

Presidente: Continua a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD já por diversas vezes nesta Assembleia sublinhou de forma clara que a política de juventude só pode corresponder aos anseios dos jovens se for encarada numa perspectiva global e integrada, fazendo sobressair o carácter multi-disciplinar e multi-sectorial que

a caracteriza inevitavelmente.

Nunca é demais insistir, não só na diferença que existe entre o Conselho Consultivo Regional de Juventude e o Conselho Regional de Juventude, que ficou aliás bem clara, pela nossa parte, na discussão do Programa de Governo, como também na importância da política de juventude assentar em consensos que podem ser gerados no âmbito do órgão que agora se pretende criar. Mas, mais importante do que isso, é o espaço de diálogo e de debate que o Conselho Consultivo Regional de Juventude permite pela via de participação consultiva que a juventude encontra neste órgão embora, nunca na perspectiva de que a política de juventude deve ser paternalista, visão que insistentemente temos recusado, mas no pressuposto de que os jovens devem participar na tomada de decisões que lhes digam directa e indirectamente respeito.

Esta visão é, de resto, comungada por todos os partidos políticos com assento nesta Assembleia, não só pelos consensos que foi possível encontrar na Comissão de Juventude e Formação, como por debates que tiveram o seu palco neste Parlamento, como também pela apresentação de vários Projectos de Decreto Legislativo Regional que visam a criação do Conselho Consultivo Regional de Juventude.

Órgão de consulta do Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos, a composição do Conselho Consultivo Regional foi definida, quer pelo PSD, como pelo texto de substituição agora presente, em função de vários critérios.

Desde logo, uma política global e integrada aconselha a presença neste órgão dos representantes do Governo, das mais diversas organizações e associações de juventude e de participantes que, pela sua natureza, devem dar o seu contributo num órgão consultivo como é o C.C.R.J..

A participação de organizações e associações de juventude, que é, como se deseja, maioritária, assenta no reconhecimento da importância das suas acções, na função representativa que deve presidir aos futuros participantes neste Conselho, ainda que em alguns casos tenham inevitavelmente de sintetizar perspectivas diferentes, na natureza dialéctica e coordenadora de ^{elas} e no significado político, social, económico e cultural de outras, quer tendo como base organizações e associações já existentes, quer numa postura perspectiva da acção legislativa e, finalmente, não tendo como critério decisivo a dimensão regional das

organizações e associações representadas, nem a sua formalização.

Assim, a ausência de um critério único é justificada pela preocupação de ver representadas, de forma directa e indirecta, o maior número de organizações e associações com uma acção relevante, do mesmo passo que se tenta evitar a constituição de uma estrutura pesada, que poderia evitar a eficiência do órgão agora a criar.

A definição do Conselho Consultivo Regional de Juventude, as suas competências e a respectiva composição, avultam no órgão que agora apreciamos e apontam, ao que tudo indica, para a certeza de que estamos em face da institucionalização de um mecanismo de consulta que contribuirá para uma política de juventude global, integrada e participada.

A juventude, como bloco socialmente autonomizável e politicamente imprescindível, pelo tempo histórico que ocupa, deve e tem de participar, com a sua maneira de estar própria, no dinamismo cultural, nos desafios evolutivos da economia, na dimensão solidária das sociedades e na dialéctica constante que direcciona o futuro.

A criação do Conselho Consultivo Regional de Juventude é um espaço para tudo isso.

Daí o nosso empenho.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Continua a discussão na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Filipe Cabral.

Deputado Luís Filipe Cabral (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Juventude representa hoje um importante grupo no espectro social açoriano.

Este é um dado adquirido e com o qual todos nós, nesta Câmara, concordamos.

O Governo Regional, ao criar um departamento especificamente destinado à execução de uma política de juventude, definida no seu Programa, aprovado nesta Assembleia, atendeu, em intenção, às aspirações da Juventude Açoriana.

No entanto, esta política de juventude terá de ser necessariamente aplicável com base na interdisciplinaridade dos diversos departamentos do Governo, a qual importa uma participação activa dos diversos organismos juvenis como meio privilegiado na obtenção de um necessário diálogo e plataformas de consenso sobre a aplicação dessa mesma política na Região Autónoma dos Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O diálogo constitui uma componente essencial de qualquer regime democrático. É na diversidade de opiniões, no conflito de interesses dos diversos estratos sociais, de organizações de cidadãos, etc., etc., que a democracia se constrói, procura consensos e entendimentos, nem sempre possíveis mas sempre desejáveis, com vista a uma melhor qualidade de vida e com respeito pelos cidadãos.

Estamos em presença de três diplomas que visam criar o Conselho Consultivo Regional de Juventude, ou Órgão Consultivo do Governo, para a política de juventude a implementar pelo Governo Regional.

E, conforme já referimos, o diálogo é importante e fundamental para a resolução de problemas sociais das nossas populações. Porém, torna-se necessário que as diversas entidades envolvidas e envolventes queiram fazer esse diálogo. Sem esta vontade ele não poderá existir.

Em nosso entender, a iniciativa da criação de um Conselho Consultivo Regional de Juventude deveria ter partido do Governo, como, aliás, era sua intenção no início do seu mandato, infelizmente não traduzida na prática, porque, sendo o Governo o executor da política de juventude, balizada pelo seu Programa de Governo, a ele caberia o entendimento sobre a sua vontade e disponibilidade para escutar as diversas organizações representativas da juventude.

Infelizmente, a iniciativa da criação do Conselho Consultivo de Juventude partiu dos deputados desta Assembleia.

Porém, ela teve o mérito de propor a criação de um organismo, em virtude do adormecimento do Governo nesta matéria.

No entanto, e apesar de tudo, consideramos útil, bastante útil mesmo, a criação deste órgão e, como tal, votaremos favoravelmente, na generalidade, os diplomas em apreciação.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!
(Aplausos do PS)

Presidente: Srs. Deputados, não havendo mais inscrições na Mesa eu faço a proposta de que votemos, na generalidade, em conjunto, estes três diplomas, uma vez que toda a gente declarou estar de acordo com o princípio e, depois, na especialidade podíamos seguir o texto de substituição proposto pela Comissão.

Assim, votaremos, na generalidade, os três projectos em conjunto.

Os Srs. Deputados que concordam com

estes três projectos façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: Foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Agora seguiremos na especialidade o texto de substituição apresentado pela Comissão.

Não há proposta de alteração para o artigo 1º. Está o mesmo à discussão. Não havendo intervenções passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 1º façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 2º há uma proposta apresentada pelo Partido Social Democrata no sentido da alínea c) ser eliminada.

Está à discussão o artigo 2º com esta proposta de eliminação. Não havendo intervenções passamos à votação da proposta de eliminação.

Os Srs. Deputados que concordam com a eliminação da alínea c) do artigo 2º façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: Foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o resto do artigo 2º.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: Foi aprovado por unanimidade.

Presidente: A Comissão propõe a eliminação do artigo 3º. Isto, rigorosamente, sendo uma proposta de substituição, não há este artigo 3º e, por conseguinte, não há que votar.

Passamos ao artigo 4º, para o qual existem duas propostas. A proposta do Partido Social Democrata é no sentido de que no nº 1 haja mais uma alínea com a seguinte redacção:

"Um representante de jovens deficientes".

O Partido Socialista apresenta uma proposta no sentido de haver várias eliminações e vários aditamentos, que o Sr. Secretário vai fazer o favor de ler.

Secretário (Manuel Goulart): O Partido Socialista propõe a eliminação das alíneas a), b), c), d), e), e) 1., f), g), q) e s) e propõe os seguintes aditamentos:

"t) Um representante do Corpo Nacional de Escutas);

u) Um representante da Associação dos Escuteiros de Portugal;

v) Um representante da Associação das Guias de Portugal".

Propõe ainda um nº 3 com a seguinte redacção:

"3 - As entidades representadas no C.C.R.-J. podem substituir os seus representantes temporária ou definitivamente".

Presidente: Srs. Deputados, está à discussão o artigo 4º com estas propostas do Partido Social Democrata e do Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Filipe Cabral.

Deputado Luís Filipe Cabral (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao apresentar esta proposta de eliminação de uma série de alíneas constantes do artigo 4º, fá-lo no seguinte pressuposto:

Em primeiro lugar porque entendemos que a criação deste órgão não deve, de forma que possa prejudicar o seu próprio funcionamento, ser um organismo com uma máquina de tal forma pesada que venha, no futuro, obstar a que ele funcione da melhor forma.

Também entendemos que sendo esta Região uma Região com recursos limitados, importa gastá-los criteriosamente e com responsabilidade, tendo como ponto de partida a rentabilização desses gastos com os objectivos propostos com qualquer organismo que visemos criar.

Assim, entendemos que, e uma vez que o nº 2 do artigo 4º prevê a participação de outros membros do Governo nas reuniões do Conselho "sempre que as matérias em análise o justifiquem", nós entendemos que ter a representação do Governo Regional e de todas estas Secretarias que aqui se propõem não faz sentido, a não ser o de criar um órgão com um número muito grande de membros.

Por outro lado, entendemos que, no que diz respeito à representação do movimento escutista e porque dentro desse movimento existe mais do que uma organização com objectivos diferentes e com princípios diferentes e que nem sempre será fácil o seu entendimento, entendemos que se deveria contemplar essas organizações cada uma de per si, porque, por exemplo, relativamente ao movimento sindical não se propõe um entendimento entre um dos representantes do movimento sindical.

Portanto, se se constata e se se aceita à partida que o movimento sindical e as organizações do movimento sindical não se entenderiam quanto à sua representação neste órgão, também há que entender e há que perceber que o movimento escutista também poderia não se entender quanto a essa representação.

Quando aos restantes elementos e porque nós entendemos que este órgão deverá ser um órgão constituído essencialmente por membros da juventude e das suas organizações representativas e porque o Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos existe para transportar a opinião desses jovens e dessas organizações ao Conselho do Governo, não conviria estarmos a criar um organismo que funcionasse com um Conselho do Governo paralelo em relação ao Conselho do Governo do próprio Governo Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PSD aceita a proposta de alteração do Partido Socialista no que se refere ao nº 3 do artigo 4º quando propõe que "as entidades representadas no C.C.R.J. podem substituir os seus representantes a título temporário".

Aceita também a proposta de alteração do Partido Socialista quanto à forma de representação do movimento escutista e guidista, mas não, necessariamente, pelos argumentos aqui aduzidos. Se é verdade que os representantes dos três movimentos aqui referidos podem não entender-se, este não pode ser o critério único e essencial para esta proposta de alteração porque há muitos outros organismos que estão previstos neste Conselho, muitos outros organismos que também nós não sabemos se se podem entender - é o caso das Associações de Estudantes do Ensino Secundário e Superior por exemplo - e se não há essa preocupação em relação àqueles outros dois representantes, este critério não pode ser essencial para a apresentação desta proposta.

No entanto, aceitamo-lo porque entendemos, acima de tudo, que o movimento escutista e guidista tem um campo de acção muito vasto, uma grande representatividade na sociedade açoriana e, portanto, aceitamos esta nova forma de participação no C.C.R.J., aduzida pelo Partido Socialista.

Já não concordamos com as outras propostas de alteração porque entendemos que uma política global e integrada de juventude é a única forma de dar resposta aos anseios da juventude, e tratando-se deste órgão - de um órgão consultivo do Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos - devemos ter a preocupação de que a maioria dos seus membros devem ser jovens, mas

também devemos ter a preocupação, que, de resto, denuncia a vontade do Governo, de se assegurar um debate, um diálogo, ainda que de natureza consultiva, directo, entre os principais responsáveis do Governo para a área da juventude e as organizações e associações representadas neste órgão.

Porque poderia pôr em causa este princípio que consideramos essencial de darmos, através da criação deste Conselho, um passo importante para uma política global e integrada, nós achamos que os representantes dos Secretários Regionais aqui previstos devem manter-se neste órgão consultivo, e o argumento de se tornar numa estrutura demasiado pesada, não prevalece sobre o argumento essencial, na nossa perspectiva, de que a política de juventude só pode e só tem que ser global e integrada.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

E só para fazer um pedido de esclarecimento a quem puder, eventualmente, dar luzes sobre isso.

Isto, obviamente, terá uma regulamentação futura que vai prever os métodos de decisão para emissão de parecer por parte deste Conselho Consultivo e, como eu já não sou um jovem, se calhar o Sr. Deputado Paulo Valadão pode-me esclarecer sobre qual será o método de decisão adoptado, visto que ele foi a pessoa que primeiro lançou a iniciativa legislativa no sentido do Conselho Consultivo de Juventude.

- Como é que isso vai ser feito?

- Os Srs. representantes do Governo depois também vão votar a emissão de pareceres?

Enfim, como este diploma parece consagrar um elevado grau de participação da juventude - como V. Ex^a disse ali na Tribuna - como é que V. Ex^a acha que estas coisas vão ocorrer, ou seja, se os membros do Governo vão também opinar sobre esta matéria, porque isso também influencia, de certa forma, o posicionamento do Partido Socialista em relação a essas questões.

Imaginem os Srs. Deputados se se tivesse aqui uma norma, que eventualmente podia ser acusada de uma estratégia excessivamente regulamentadora, que pudesse precaver da eventualidade de termos estes Srs. Representantes destas coisas todas, das Secretarias que estão aqui, precaver do seu braço levantado, do seu voto, se nos pudessemos livrar deles pelo menos nessa componente, eu

creio que até era possível e de alguma forma razoável entender-se que, como a política de juventude é uma política interdisciplinar, também lá estivesse, não só à tutela específica do sector, como outros observadores doutras Secretarias também poderiam, eventualmente, aprender qualquer coisa.

Muito obrigado.

Presidente: Continua a discussão. Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não vou aqui reafirmar o que disse há tempos passados o Deputado Victor Cruz e o Presidente da Juventude Social Democrata que já aqui deu uma vez uma explicação sobre o que eram dois órgãos distintos: um que é o Conselho Consultivo e o outro o que é um Conselho Regional.

São dois órgãos distintos, donde um é por iniciativa - o Conselho Regional - das organizações de juventude e donde só fazem parte as organizações de juventude, e o outro é um Conselho Consultivo do próprio Governo ou, neste caso, do Secretário da tutela.

Ora, este Conselho Consultivo é um Conselho Consultivo que vai dar uma quantidade de pareceres. Esses pareceres têm que vir em consonância de uma articulação, de um melhor funcionamento naquela defesa multidisciplinar e também interdepartamental e por conseguinte, não há dúvida de que todas as Secretarias têm que estar representadas.

Nós discordamos que os membros do Governo para participarem, ou os seus Representantes que são duas coisas distintas - uma é o membro do Governo e outra é o Representante do membro do Governo - possam estar neste Conselho como observadores ou, pura e simplesmente, irem ao Conselho a despacho.

Não é isso que nós queremos! Nós queremos é que os membros do Governo estejam a participar e, quanto a isto, não há nenhum problema!

Se nós virmos a constituição deste Conselho Regional, não há equilíbrio possível. Os Representantes do Governo são menos de um terço ou seja, as organizações políticas de juventude estão com cerca de dois terços ou mesmo com dois terços dos representantes.

É óbvio que a oposição o que desejaria era arranjar um órgão consultivo onde os pareceres e as opiniões fossem tendencialmente críticas.

Não é isso que nós procuramos! Nós estamos à procura de soluções que dêem resposta aos problemas da juventude! Essa é a nossa intenção!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Gostaria de pedir um esclarecimento aos jovens aqui presentes, com muito respeito por eles, mas eu já disse aos meus camaradas do lado que nunca percebi bem isto:

- O Representante da Secretaria é o Representante do grupo de jovens da Secretaria?

- As Secretarias têm grupos de jovens que vêm para o Conselho Consultivo?

Eu nunca percebi bem isto porque, se os jovens forem críticos, o Governo é obrigado a fazer o que os jovens criticam e apontam. O Governo, naturalmente, tem todo o direito a auscultar para melhor deliberar.

Eu conheço jovens, e os Srs. Deputados também devem conhecer, que numa reunião dessas, vendo cinco "feras" do Governo, no bom sentido - cinco pessoas importantes - vão ficar inibidos. Isto é natural!

Deputado Rui Melo (PSD): Os da JSD não ficam!

O Orador: Francamente, Sr. Deputado, isto é natural!

Além disso, não vejo nenhuma necessidade de que o membro de uma Secretaria esteja num Conselho para ouvir jovens, ou melhor, para ouvir devem ouvir, mas não para votar ou para participar em trabalhos que são dos jovens.

Eu acho que o Governo o que quer é o seguinte: que de facto haja um agrupamento de jovens de várias tendências e de várias localidades para ouvir o que eles pensam sobre os problemas da juventude.

Ora, não é o próprio membro do Governo que vai dizer como é que se deve pensar! Eu ainda não entendi isto e, portanto, digo-o aqui com a mesma frontalidade com que o disse aos meus camaradas. Não é nada de mal, aqui não há nenhuma política, mas de facto não entendo - e isso pode ser altamente inibitório - e, daí, eu manifestar aqui, em consciência, a minha posição, pedindo que me esclareçam melhor, se puder ser.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Filipe Cabral para prestar um esclarecimento.

Deputado Luís Filipe Cabral (PS): Sr.

Presidente, Srs. Deputados:

Ouvi com muita atenção o que disse o Sr. Deputado Rui Melo e gostaria de lhe prestar o seguinte esclarecimento:

E evidente que nós já sabemos - e é escusado o Sr. Deputado explicar mais alguma vez aqui nesta Câmara - as diferenças que existem entre o Conselho Consultivo da Juventude e o Conselho Regional da Juventude.

Por outro lado - e nós ouvimos na altura o Sr. Deputado Victor Cruz falar na qualidade de deputado nesta Câmara, e só nessa qualidade porque nós todos aqui estamos na qualidade de deputados e não na qualidade de Presidentes ou de líderes ou de qualquer outra coisa da juventude ou dos partidos que representamos - mas, dizia, nós estamos aqui na qualidade de deputados, representando os votos e a população que nos elegeu, para nós virmos aqui defender os seus interesses e não os interesses particulares das organizações a que pertencemos.

Em segundo lugar gostaria de dizer o seguinte:

Não se trata de criar um Conselho Consultivo da Juventude que permita à oposição ou à situação a elaboração de pareceres favoráveis ou desfavoráveis das medidas a executar pelo próprio Governo. Trata-se, sim, de pôr a juventude - e só essa juventude e não os outros e não toda a quantidade de pessoas que se quer meter no Conselho Consultivo da Juventude - única e simplesmente a juventude a participar, a juventude a dialogar, a juventude a transmitir a este Governo e aos seus Representantes e ao Secretário da Juventude porque para isso é que ele existe porque se ele não existe para isso então, se calhar, não teve efeito nenhum trocar o nome da Secretaria Regional do Trabalho por Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos, e, portanto, neste caso, trata-se de pôr a Juventude e as suas organizações representativas a dialogar com o membro do Governo que, posteriormente, transmitirá essas preocupações junto do Governo, junto do seu Conselho.

Era este o esclarecimento que queria prestar ao Sr. Deputado Rui Melo e que, de uma vez por todas, nunca mais viesse para aqui confundir nem tentar ser o Sr. Deputado a dar lições sobre a constituição de Conselhos daqui ou dali porque nós também sabemos o que é que eles são, o que é que eles representam e para que é que eles servem.

Muito obrigado.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: O Sr. Deputado Carlos César pede a palavra para?...

Deputado Carlos César (PS): Para uma 2ª intervenção.

Presidente: Então, nesse caso, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando fiz a minha primeira intervenção sobre este assunto estava absolutamente convencido - até pelos trabalhos que decorreram na Comissão - de que iríamos ter uma discussão relativamente passiva.

Porém, e ao contrário da expectativa de todos aqueles que participaram nos trabalhos da Comissão, isso não aconteceu.

No entanto, antes propriamente da minha intervenção, vou ter que ler (desculpem a maçada) parte de um documento que aqui está em apreciação:

"Artigo 1º - (Composição)

O Conselho Consultivo Regional de Juventude (CCRJ) é um organismo, integrado na Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos, presidido pelo membro responsável pela área de Juventude, que compreende os seguintes membros:

a) Um representante de cada uma das organizações de Juventude dos partidos representados na Assembleia Legislativa Regional dos Açores;

b) Um representante das organizações de Juventude da UGT-Açores e CGTP-IN;

c) Um representante das Associações de Jovens Agricultores;

d) Um representante das Associações de Estudantes da Universidade dos Açores;

e) Três representantes das Associações de Estudantes do Ensino Secundário;

f) Um representante da Associação Regional de Jovens Empresários;

g) Três representantes do Conselho Regional de Juventude, que serão designados e nomeados quando este for criado;

h) Um representante da Secretaria Regional de habitação e Obras Públicas;

i) Um representante da Secretaria Regional de Educação e Cultura;

j) Um representante da Secretaria Regional de Turismo e Ambiente;

l) Um representante da Secretaria Regional da Economia;

m) Um representante da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas;"

Srs. Deputados, este documento tem a sigla do Partido Socialista, tem a assinatura, segundo creio, de um dos Vice-Presidentes

da Mesa desta Assembleia e, no entanto, eu, neste momento, não sei se isto é de facto um documento verídico...

(Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!)

O Orador: ...porque efectivamente, Srs. Deputados, as cinco "feras", de que falava há pouco o Sr. Deputado do Partido Socialista, estão, na verdade, aqui propostas pelo Partido Socialista.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Não se enerve, Sr. Deputado!

O Orador: Eu não é que as adjectivei, Sr. Deputado! Quem as adjectivou foi ali o Sr. Deputado do Partido Socialista e, por conseguinte, entenda-se com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista!

Deputado Manuel Serpa (PS): O Sr. Deputado não entende o que é o sentido figurado! Não sabe português!

O Orador: Não sei não, Sr. Deputado! Vou contratá-lo para algumas explicações!

Tenha calma que vou dar-lhe essa oportunidade!

Portanto, dizia eu, as cinco "feras" há pouco referidas pelo Sr. Deputado do Partido Socialista não foram propostas no projecto do Partido Comunista Português mas, sim, no do Partido Socialista.

No entanto, há um outro pormenor que eu penso que vale a pena também chamar a atenção desta Câmara: é que efectivamente nos trabalhos da Comissão o Deputado do PCP e o Deputado do CDS tiveram alguma relutância em relação a esta composição do Conselho Consultivo Regional de Juventude e, por muito estranho que pareça, foi o Partido Socialista, ou melhor, foram os representantes do Partido Socialista que, na altura da discussão, não puseram em causa a participação dos membros do Governo no Conselho Consultivo Regional de Juventude.

Na altura, eu próprio estranhei a figura de "advogado do diabo" que estava fazendo ali algum representante do Partido Socialista e, por muito estranho que pareça, o Partido Socialista, nessa altura, o que pôs muito em causa foi o representante da Região no Conselho Consultivo Regional de Juventude.

Esta é a realidade e, daí, a minha intervenção no sentido de considerar estranha toda esta argumentação do Partido Socialista!

Efectivamente nós pensamos que este assunto é importante. Nós, na Comissão, colocámos bastantes dúvidas, inclusivamente a ideia de que a representação governamental era excessiva, tanto no projecto do Partido

Socialista, como no projecto do Partido Social Democrata.

No entanto, nós temos que lamentar o facto desta discussão não ter sido aprofundada, como seria de desejar, nos trabalhos da Comissão.

Dáí pensarmos que efectivamente isto é um assunto que tem de ser ponderado e que tem de ser devidamente analisado, como, aliás, nós, da nossa parte, vamos ter que estudar as propostas de alteração que estão em causa. Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O meu protesto tem a ver com o tom que é crescentemente persecutório da parte do Partido Comunista nesta Assembleia e do seu deputado. Tem a ver apenas contra isso porque não é possível, em termos parlamentares e em termos regimentais, protestar pela incapacidade de compreensão de um deputado, senão também abrangeria isso no meu protesto.

O Sr. Deputado ainda não conseguiu perceber que eu não falei há bocado por acaso, não conseguiu perceber que a circunstância do PS incluir ou não incluir representantes do Governo num Conselho desta natureza tem, obviamente, a ver com o pedido de esclarecimento que eu aqui formulei sobre o estatuto desses representantes nesse Conselho?! Percebeu isso? Custa-lhe muito? Custou?

Quanto ao Sr. Deputado Rui Melo, a única coisa que eu tenho a dizer é o seguinte:

Sei o que é um Conselho Consultivo e sei o que é um Conselho Regional.

Vossa Excelência não sabe é que este Conselho Consultivo, não sendo Regional, é um Conselho de Coordenação da Juventude e não de Consulta da Juventude Açoriana. Tem tipicamente essa composição e, do ponto de vista da sua orientação legislativa e jurídica, não há dúvida nenhuma de que se há alguma pedagogia que vai resultar desta composição, não é o Governo saber o que pensa a juventude, mas a juventude ser obrigada a fazer o que pensa o Governo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Filipe Cabral também para um protesto.

Deputado Luís Filipe Cabral (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Peço a palavra para um protesto acerca daquilo que disse o Sr. Deputado do Partido Comunista Português e acerca das afirmações por ele proferidas sobre o nosso projecto

e a nossa postura na reunião da Comissão de Juventude e Formação.

Gostaria de explicar ao Sr. Deputado o seguinte:

Nós, aliás, como é natural, e como eu e penso que muitas das pessoas presentes aqui nesta Casa, esperávamos isso do Sr. Deputado: é que o Sr. Deputado é uma pessoa que tem uma visão restrita, que pertence a um partido que tem uma visão restrita das coisas, a sua ortodoxia é visível ao ponto do Sr. Deputado perceber que as coisas não têm evolução, ao ponto do Sr. Deputado ficar amarrado, completamente, às suas iniciativas e àquilo que fez há 20 ou 30 anos atrás e que, hoje em dia, toda a gente sabe que vão caindo por esse mundo fora.

Esta é que é a grande verdade!

Gostaria ainda de explicar ao Sr. Deputado o seguinte:

O Partido Socialista, quando toma qualquer iniciativa, não tem essa visão restrita e considera essa iniciativa em constante mudança e em constante aperfeiçoamento e, portanto, o que nós percebemos aqui e o que nós gostaríamos de explicar perante a Câmara é que aquilo que o Partido Socialista - e nós fomos fazendo essa aprendizagem ao longo do tempo - apresentou de algum tempo a esta parte, chegou à conclusão de que não faria sentido e, portanto, como já disse Mário Soares, o Presidente deste País, que "só os burros é que não mudam" e como nós não queremos ser "burros" como, aliás, ele não o é (várias vezes já o demonstraram nesta Casa!), nós mudámos em relação àquilo que pensávamos há 20 dias atrás.

Foi pura e simplesmente isso, Sr. Deputado! Foi isto que nos motivou a mudar as nossas propostas que vinham aqui escritas neste papel.

Muito obrigado.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

E para um protesto, relativamente a uma afirmação proferida há momentos pelo Sr. Deputado comunista, Paulo Valadão.

O Sr. Deputado comunista, Paulo Valadão, disse que os representantes do Partido Socialista na Comissão - e esses representantes sou eu próprio e o meu camarada Luís Filipe Cabral - não tínhamos levantado qualquer questão relativamente à inclusão

neste órgão de representantes do Governo.

Não é verdade e, daí, o meu protesto: ou o Sr. Deputado comunista, Paulo Valadão, estava desatento, ou então, estaria ausente!

Nós pusemos de facto a questão, e dissemos - na sequência do Sr. Deputado Victor Evaristo ter dito também na Comissão que este órgão seria um órgão de consulta do Governo - que não fazia sentido que, num órgão de consulta do Governo, o Governo estivesse lá para se consultar.

Isto foi dito, e sugerimos, inclusivamente, se o Sr. Deputado Paulo Valadão está lembrado, que seria preferível o Conselho Consultivo Regional de Juventude, sempre que se tivesse de pronunciar sobre uma matéria a solicitação do respectivo Presidente, ou seja, o Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos, por exemplo, sobre uma matéria de habitação, que faria sentido, sim, então estar presente, nessa altura, um representante da Secretaria Regional da Habitação; dissemos que faria sentido estar presente um representante da Secretaria Regional das Pescas quando se tratasse de matéria dessa - julgo que o Sr. Deputado estará recordado ou estará a recordar-se de que nós tomámos de facto esta posição - e que não fazia sentido era estar num órgão de juventude todos os representantes de todas as Secretarias Regionais ou, pelo menos, da maioria, quando, por exemplo, num caso, se fosse para ouvir falar de questões da habitação que nada tinham a ver com as pescas e com outras actividades.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o meu protesto é nesse sentido: quando o Deputado Paulo Valadão disse que os representantes do PS não tinham levantado essa questão, não é verdade, e eu espero que o Sr. Deputado Paulo Valadão possa declarar, aqui, que de facto teve um lapso de memória.

Por outro lado, a posição que foi alterada e dita já aqui pela bancada do Partido Socialista é plenamente legítima e lógica num Grupo Parlamentar democrático.

Nós estamos numa Comissão, mas, depois, trazemos para o seio do Grupo Parlamentar...

Presidente: O Sr. Deputado está a esgotar o seu tempo e, mesmo assim, a Mesa entende que o Sr. Deputado está a dar uma explicação e não a fazer um protesto.

O Orador: É um protesto explicativo!

Presidente: O nosso Regimento não permite essa figura e, por conseguinte, o Sr. Deputado não a pode usar.

O Orador: Eu termino já, Sr. Presidente!

É que nós, representantes do PS nas

Comissões, depois do trabalho nas Comissões regressamos ao seio do Grupo Parlamentar onde reflectimos e discutimos as matérias que, eventualmente, com a colaboração dos outros Deputados socialistas poderão ser alteradas.

Compreendemos que não será esse o caso do Sr. Deputado Paulo Valadão que, neste Parlamento, fala, obviamente, consigo próprio.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Victor Cruz tinha pedido a palavra era em relação a esta questão do Sr. Deputado Paulo Valadão?

(Negativa do Sr. Deputado Victor Cruz)

Presidente: Então tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para prestar esclarecimentos.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Era para um contraprotesto, Sr. Presidente.

Presidente: Tem então a palavra para um contraprotesto.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Efectivamente eu terei que fazer um protesto relativamente às afirmações menos precisas dos Srs. Deputados da bancada do Partido Socialista, por um lado, e, por outro lado, reafirmar todas as palavras que pronunciei há pouco e que, com certeza, poderão ser aqui confirmadas pelo Sr. Deputado Rui Meireles e pelos Srs. Deputados do PSD que estiveram presentes nos trabalhos da Comissão, porque uma coisa é analisar a realidade e o que se passou e outra coisa é vir para aqui procurar deformar essa realidade.

Tenho ainda que lembrar ao Sr. Deputado José Manuel Bettencourt uma coisa de que ele já se esqueceu com certeza: é que o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt, inclusivamente, quase no fim dos trabalhos, apresentou à Comissão um projecto alternativo. É provável que esse projecto alternativo não tenha ficado, o que é lamentável, e eu próprio lamento não ter requerido que esse documento tivesse feito parte dos documentos porque se nós tivéssemos esse documento aqui presente, iríamos adjectivar as afirmações do Sr. Deputado José Manuel Bettencourt, e eu não as adjectivo, mas efectivamente esse projecto alternativo do Sr. Deputado José Manuel Bettencourt começava exactamente por apresentar como primeiros elementos do Conselho Consultivo Regional de Juventude os representantes das Secretarias Regionais.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Não é verdade!

O Orador: É verdade, Sr. Deputado! Eram exactamente os primeiros!

Apenas tenho que lamentar que nós não o tenhamos aqui para consulta.

Portanto, as imprecisões que para aqui vieram, vieram pela mão do Partido Socialista, a falta de precisão do que se passou na Comissão veio pelo Partido Socialista e, também, tenho que lamentar que os Srs. Deputados do Partido Socialista, em vez de tomarem uma posição na Comissão e, agora, depois de ouvirem o seu Grupo Parlamentar, virem para aqui tomar uma posição completamente diferente e oposta, não terem primeiro se consultado mutuamente e tomado as suas posições para poderem ter mais consistência em relação ao trabalho que efectivamente desenvolvem na Comissão porque, assim sendo, deixa de ter sentido o trabalho das Comissões.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Valadão, se quer fazer um contraprotesto façam o nos termos regimentais, senão pede a palavra para uma explicação porque tem tempo para isso.

O Orador: Era mais ou menos isto. Penso que fui suficientemente claro.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, chegámos à hora regimental, de forma que vamos ter que interromper os trabalhos.

Recomeçaremos depois com esta matéria, a não ser que haja requerimentos no sentido de se prolongar o tempo, mas isso tem que ser votado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sensíveis à abertura do Sr. Presidente, requeremos à Mesa que se continuem os trabalhos até se encontrarem esgotadas as inscrições e feitas todas as votações.

Presidente: Srs. Deputados, o requerimento é votado de imediato.

Os Srs. Deputados que concordam com este requerimento façam o favor de se deixar estar como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretário: O requerimento foi aprovado com 25 votos favoráveis do PSD, 19 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e registou 1 voto contra do PCP.

Presidente: Srs. Deputados, assim sendo, tem agora a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Desviando-me de protestos e de questões possivelmente marginais que, em minha opinião, pouco adiantarão para o que é essencial neste debate, mas que têm, obviamente, legitimidade, queria apenas reafirmar algo do que já disse aqui e, se possível, aumentar ainda a profundidade da explicação inicial.

A questão essencial da composição do Conselho Consultivo Regional de Juventude, obviamente que tem que ser vista, interpretada e analisada à luz dos princípios que presidem à constituição deste órgão e das competências que ele tem.

Naturalmente que a parte essencial da composição deste órgão mergulha as suas raízes na origem de associações e organizações políticas de juventude, que devem ser maioritárias.

Entende, no entanto, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata que sendo uma questão essencial, asseguramos, também, em cada passo que dermos na institucionalização do órgão a que uma política global e integrada de juventude que, para além de representar organizações e associações de jovens podiam e deviam estar representados também neste órgão que é, naturalmente, de carácter consultivo (e só porque é de carácter consultivo), quem tem responsabilidades directas no desenvolvimento da política de juventude nos Açores.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Muito bem!

O Orador: Daí concordarmos com a participação de representantes de várias Secretarias Regionais; daí a participação de um representante da Associação Regional de Municípios; daí também, um pouco, o critério que está subjacente à participação das Organizações Políticas de Juventude, que é o critério dos partidos que têm assento parlamentar - ainda que tenham jovens ou não.

Há, portanto, vários critérios que presidem à composição deste diploma, como, de resto, afirmei na minha intervenção inicial na generalidade.

Porque o que interessa com a constituição deste órgão que é, obviamente, de carácter consultivo é potenciar a resolução de problemas que dizem respeito à juventude e o argumento de que o Presidente deste CCRJ poderia ser, por convocar outros membros do Governo, não prevalece, na medida em que, por esta via, se impossibilitava que as Organizações de Juventude tivessem um debate directo, um diálogo directo

no Conselho Consultivo com aqueles que, directamente, têm responsabilidades pela política de juventude da Região Autónoma dos Açores.

Acresce um último argumento que, sendo embora uma precisão, não é indiferente para este debate: é que o Conselho Consultivo Regional de Juventude é, de acordo com o artigo 2º - e esse não foi discutido aqui nesta Casa - um Órgão de Consulta do membro do Governo responsável pela área da Juventude, o que também aconselha a presença de outros Secretários Regionais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Srs. Deputados, antes de dar a palavra aos outros Srs. Deputados que se inscreveram, gostaria de comunicar à Câmara que o Sr. Deputado Paulo Valadão me comunicou que não poderia votar estas matérias que estão em discussão sem pedir uma interrupção de 30 minutos.

Assim sendo, podemos fazer uma interrupção de uma hora, ou seja, 30 minutos do Sr. Deputado Paulo Valadão e 30 minutos da Mesa, para podermos almoçar. É uma questão de nos entendermos.

O Sr. Deputado José Manuel Bettencourt pede a palavra para?...

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Para defesa da honra, Sr. Presidente.

(Risos do PSD)

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): E isso no sentido, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de uma outra observação do Sr. Deputado do Partido Comunista, Paulo Valadão.

Eu não cheguei a formular nenhuma proposta alternativa. Tinha intenção de o fazer, mas ela não teve acolhimento por parte do Presidente da Comissão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Mas fez ou não fez?

O Orador: Eu redigi um texto que pretendia ser consensual, na medida em que havia pontos de vista bastante significativos e divergentes e pretendia ser consensual. Mas uma coisa é certa, Sr. Deputado Paulo Valadão, eu não incluía nesse texto as representações do Governo Regional.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Todas!

O Orador: Nenhuma, Sr. Deputado, nenhuma representação!

Portanto, Sr. Deputado, é a minha contra a sua palavra, mas há testemunhas que, se quiserem, se podem pronunciar, porque tinha defendido precisamente a tese de que, sendo um órgão de consulta do Governo,

justificava-se que, caso a caso, é que seria preferível a presença de um representante de uma Secretaria Regional - no caso da Habitação para casos de habitação.

Foi esta a minha posição e, assim sendo, eu não admito que o Sr. Deputado Paulo Valadão venha para aqui dizer coisas que eu não fiz nem disse na Comissão.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, eu peço calma. Suponho que este assunto está esclarecido e que não se justifica estarmos a bater mais neste caso.

Vou dar a palavra mais uma vez ao Sr. Deputado Paulo Valadão para prestar esclarecimentos relacionados com esta matéria e, depois, tenho aqui uma nova proposta do Partido Socialista para este artigo, a qual também vou mandar distribuir a fim de ser apreciada e discutida.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Temos que lamentar os lapsos de memória do Sr. Deputado José Manuel Bettencourt. Ele diz que redigiu um texto. Ora, se ele redigiu um texto e ele não foi presente à Comissão, eu desconheço. Isto é claro como água! Se o Sr. Deputado, numa Comissão, com todos os seus membros sentados a uma mesa, presidida pelo Presidente substituto da Comissão, efectivamente apresenta um texto, esse texto é presente à Comissão.

O facto de ninguém naquela Comissão, à excepção do Sr. Deputado, ter aceite o texto, isso é outro problema - que eu agora não vou discutir aqui, como é evidente.

Em relação a este assunto, para mim e para a minha consciência o Sr. Deputado está perfeitamente esclarecido e, com certeza, que também estará esclarecido para a consciência dos Srs. Deputados que comigo, sentados à mesma mesa, estavam nessa Comissão.

Disse.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Na próxima ocasião vou-lhe mostrar o texto!

Presidente: Srs. Deputados, suponho que este assunto está de facto esclarecido.

Vou pedir ao Sr. Secretário que leia a proposta para aditamento de um nº 4 a este artigo

Secretário: "Proposta de aditamento. Artigo 4º.

1.
2.

3.

4. Os representantes das diversas Secretarias Regionais participam nos trabalhos sem direito a voto".

Presidente: Este nº 4 também passa a estar à discussão.

Não havendo intervenções, esgotaram-se as inscrições para o artigo 4º.

Vamos interromper os nossos trabalhos por 30 minutos a pedido do Sr. Deputado Paulo Valadão.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

(Eram 13.20 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos recommençar os nossos trabalhos.

(Eram 13.50 horas)

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Filipe Cabral.

Deputado Luís Filipe Cabral (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Pedi a palavra apenas para deixar mais algumas notas acerca da discussão que se gerou à volta deste artigo.

Gostaria de dizer, perante esta Câmara, o seguinte:

Nós entendemos que a presença dos membros do Governo - e talvez isto seja repetitivo em relação àquilo que disse há pouco, embora com outras achegas - tendo assento neste Conselho Consultivo, não se justifica só pelo argumento invocado acerca da política global, interdepartamental ou intersectorial, como se lhe queiram chamar.

E isto porque essa política global, com a qual eu concordo, interdepartamental e intersectorial, é feita no seio do próprio Governo Regional e, assim sendo, nós não compreendemos, por exemplo que o partido da maioria aceite que esta Assembleia, que não só trata dos problemas da juventude mas também de todos os assuntos importantes desta Região, que é o órgão máximo da Autonomia, que trata de todas as questões que têm a ver com a nossa população, por exemplo, aceite que o nosso Governo, o Governo Regional que agora nem nos dá o prazer de ter uma pessoa para tomar notas, permita que esta Assembleia tenha sentado naquelas cadeiras, ali ao fundo, um membro do Governo, que aqui está para acompanhar a nossa actividade e apenas para tomar notas, faça a exigência de que, num Conselho Consultivo da Juventude, tenha que lá estar representado uma série de Departamentos do Governo.

Portanto, nós entendemos que a presença do Secretário Regional da Juventude e

Recursos Humanos neste Conselho desempenha aquilo que nós entendemos que deve ser o seu papel num Conselho Consultivo, ou seja, ouve as Organizações representativas e as opiniões da Juventude e, posteriormente, transmite-as ao próprio Governo Regional. Nós não entendemos por que razão isto não há-de ser feito assim?!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

E para mais duas ou três considerações em relação ao artigo que está em discussão.

Desde já nós entendemos que efectivamente estamos de acordo que os membros do Governo possam participar no Conselho sem direito a voto. Estamos de acordo com essa adenda ou esse aditamento.

No entanto, em relação à posição que nós, dentro de momentos, vamos tomar, eu entendo que isto merecerá um esclarecimento correcto, calmo, preciso, desta Câmara.

O Partido Comunista Português no seu projecto propunha que o Conselho Consultivo Regional da Juventude deveria ser integrado na Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos.

O PSD propunha que esse organismo fosse integrado na Presidência do Governo Regional.

Por outro lado, o Partido Social Democrata, como aliás o Partido Socialista - e não vale a pena repetir - propunham a participação no Conselho de representantes das Secretarias Regionais. O Partido Comunista propunha essa representatividade.

Durante os trabalhos da Comissão, na discussão e na colocação dos pontos de vista, o Partido Social Democrata aceitou retirar esse aspecto da sua proposta, que nós consideramos fundamental, ou melhor, que para nós era absolutamente fundamental.

Aliás, como aqui já foi aprovado, foi aceite que o Conselho Consultivo Regional da Juventude ficasse na dependência da Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos.

Além disso, nós entendíamos que não deveria haver a participação dos membros do Governo. Pela nossa parte aceitamos essa representatividade com estes condicionamentos e nestas condições.

Assim sendo, na medida em que está aprovado neste primeiro artigo que o Conselho Consultivo Regional da Juventude está na dependência da Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos, nós

aceitaremos - e vamos honrar o compromisso que tomámos - e votaremos favoravelmente o artigo 4º na maneira como ele safu da Comissão.

Entendemos que é importante mantermos as posições que tomámos e honrar os compromissos assumidos. Aliás, é esta mais uma prova, ao contrário do que aqui foi dito ainda há pouco, que a visão do Partido Comunista Português não é uma visão restritiva, não é uma visão isolacionista, mas, sim, uma visão de diálogo, de consensos, de podermos efectivamente, abstraindo aspectos menos importantes que nos possam dividir aceitar o fundamental, como, aliás, ficou comprovado na discussão deste projecto, como, aliás, ficou perfeitamente claro na discussão do Estatuto que ainda ontem tivemos aqui, que a visão do Partido Comunista Português tem sido uma visão no sentido de, face à negociação imediata à negociação, poder-se chegar a consensos no que diz respeito ao fundamental.

Disse.

Presidente: Srs. Deputados, não há mais inscrições. Suponho que esta matéria está suficientemente debatida e, assim sendo, passamos à votação.

Votaremos, em primeiro lugar, para o nº 1 do artigo 4º, as propostas de eliminação das alíneas a), b), c), d) e e), apresentadas pelo Partido Socialista, e que são aquelas que se referem a membros do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam com a eliminação destas alíneas de a) a e) façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: As alíneas de a) a e) foram rejeitadas por maioria com 24 votos contra do PSD e 1 voto contra do PCP, registando 17 votos favoráveis do PS.

Presidente: Votaremos agora a proposta de eliminação das alíneas f) e g).

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de eliminação façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada por maioria com 24 votos contra do PSD e 1 voto contra do PCP, registando 20 votos favoráveis do PS.

Presidente: Votamos agora a alínea q), ou seja, "o representante do movimento escutista e guidista".

Os Srs. Deputados que concordam com a eliminação desta alínea façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: Foi aprovada por unanimidade a eliminação desta alínea.

Presidente: Agora há uma proposta de eliminação, apresentada pelo Partido Socialista, da alínea s) que diz "Um representante do movimento associativo informal".

Os Srs. Deputados que concordam com a eliminação desta alínea façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A eliminação da alínea s) foi rejeitada por maioria com 24 votos contra do PSD e 1 voto contra do PCP, registando 20 votos favoráveis do PS.

Presidente: Votamos agora as propostas de aditamento, apresentadas pelo Partido Socialista, ou seja, as alíneas t), u) e v).

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: Foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Agora votamos a proposta de aditamento apresentada pelo Partido Social Democrata, ou seja, "Um representante dos jovens deficientes".

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: Foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o nº 2 deste artigo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: Foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votamos agora a redacção apresentada pelo Partido Socialista para o nº 3.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: Foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Agora votamos uma proposta para o nº 4, apresentada pelo Partido Socialista, que diz que "Os representantes das diversas Secretarias Regionais participam nos trabalhos sem direito a voto".

Os Srs. Deputados que concordam com este nº 4 façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: Foi rejeitado por maioria com 24 votos contra do PSD, registando 20 votos favoráveis do PS e 1 voto favorável do PCP.

Presidente: Srs. Deputados, votamos agora as restantes alíneas e a restante redacção do nº 1.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: Foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Agora só temos propostas de alteração para o artigo 8º.

Assim sendo, se os Srs. Deputados não vêm inconveniente, ponho à discussão os artigos 5º, 6º, 7º, 8º-A, 9º, 10º e 10-

-A em conjunto.

Não havendo intervenções passamos à votação destes artigos.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: Foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Agora passamos à discussão do artigo 8º com as propostas de alteração apresentadas pelo Partido Social Democrata e pelo Partido Socialista.

Secretário: A proposta apresentada pelo Partido Socialista para o nº 2 do artigo 8º é do seguinte teor:

"2 - As despesas inerentes à participação no CCRJ dos restantes membros serão suportadas pelo orçamento da Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos".

A proposta do Partido Social Democrata para o nº 2 do artigo 8º diz o seguinte:

"2 - Os restantes membros..... será fixado pelo Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos, sendo as respectivas despesas suportadas pelo seu gabinete".

Presidente: Está à discussão o artigo 8º com estas propostas de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós consideramos, como aliás expressámos na Comissão e fazia parte do articulado que apresentámos, que venha no articulado perfeitamente explícito o direito aos membros do CCRJ das senhas de presença. Consideramos que isso é fundamental.

Na Comissão foi acrescentado "o transporte" porque, salvo erro, vinha consignado num projecto - que ora não me recordo qual deles era - e com o qual nós também concordámos.

O nosso sentido de voto será no sentido de que efectivamente venha explícito no articulado legal a atribuição das senhas de presença e do transporte.

Em relação à proposta de alteração do Partido Social Democrata que acrescenta que "as despesas serão suportadas pelo gabinete do Secretário Regional" também não vemos inconveniente e, por conseguinte, estamos de acordo - aliás era esse o sentido do próprio articulado a que se chegou na Comissão.

Disse.

Presidente: Srs. Deputados, continua a discussão.

O Partido Socialista acaba de me comunicar que retira a sua proposta.

Assim sendo, passamos à votação da

proposta de alteração, apresentada pelo Partido Social Democrata, para o nº 2 do artigo 8º.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: Foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o resto do artigo 8º.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: Foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação global final.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: Foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Fica então aprovado este projecto que baixa à Comissão para redacção final.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

E para uma declaração de voto muito breve e apenas para dizer que nós pensamos que foi importante, que foi positiva, apesar dos incidentes ocorridos durante esta discussão, a aprovação deste decreto.

Consideramos que a Região safu mais enriquecida, que o novo articulado aprovado é uma inovação no sistema legal da nossa Região e, daí, a nossa congratulação.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo para uma declaração de voto.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Declaração de voto

O Partido Social Democrata ao assumir a política de juventude como uma das áreas prioritárias no seu Programa de Governo, procurou encarar os problemas dos jovens na sua real dimensão e encontrar para eles as soluções mais adequadas.

A juventude foi sempre, em todas as civilizações e em todas as épocas da História, a ala avançada do dinamismo e da ousadia, da força física e do empenhamento espiritual.

Uma verdadeira política de juventude não pode deixar de incluir a participação dos próprios jovens e a sua responsabilização.

Com a criação do Conselho Consultivo Regional da Juventude ficam assim criadas as condições para que a tomada de decisões seja precedida de amplo debate, que concorra para definição das políticas mais correctas para a juventude e garanta a sua eficácia e coerência, naquele que passará a ser

o mais amplo espaço até hoje conseguido em termos de diálogo com os jovens.

O Conselho Consultivo Regional da Juventude, apesar de consultivo, não deve deixar de potenciar um espaço onde a população jovem dos Açores, com o diálogo e abertura que se espera, encontrarão novos horizontes e novas ideias serão geradas e aplicadas, de forma a que possam ser devidamente realizadas as expectativas dos jovens açorianos.

Cientes que a experiência dos mais velhos tem o seu complemento no impulso dos jovens, a criação do Conselho Regional da Juventude é o contributo de uma geração para desafios que se colocam para toda a sociedade açoriana.

Os Açores precisam da sua juventude como a juventude precisa do apoio da Região em que nasceu e cresceu.

Deputado Victor Cruz (PSD): Muito bem!

Presidente: Srs. Deputados, não havendo mais declarações de voto, a Mesa, nos termos regimentais, propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de Março.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se absteve faça o favor de sentar.

Secretário: A proposta da Mesa foi aprovada com 25 votos favoráveis do PSD, 20 votos favoráveis do PS e registou 1 abstenção do PCP.

Presidente: Srs. Deputados, estão encerrados os nossos trabalhos.

Muito boa tarde e até Maio!

(Eram 14.15 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: PS - Dionísio de Sousa, Martins Goulart, Carlos César; CDS - Alvarino Pinheiro).

(Deputados que faltaram à Sessão: PSD - Renato Moura; PS - Albano Pimentel, Carlos Pinto).

DOCUMENTOS QUE ENTRARAM DURANTE A SESSÃO

Proposta de Decreto Regional

Regime de preços

O Program do IV Governo Regional dos Açores aponta, expressamente, para um modelo de economia de mercado, onde a oferta e a procura, pautadas pelas regras próprias da política de concorrência, encon-

tram os equilíbrios naturais dos mercados auto-sustentados.

Da pequena dimensão da economia açoriana, aliada à sua dispersão geográfica e ao seu afastamento em relação aos mercados de aprovisionamento de matérias-primas e de escoamento de produtos finais, revela, contudo, a necessidade de regularização, por via administrativa, de alguns segmentos do mercado regional, cujas condições de funcionamento concorrencial são insuficientes.

É este objectivo que se prossegue com a aprovação do presente diploma, na dupla perspectiva da estabilidade do abastecimento e da moderação da inflação, sem comprometer o desejável e equilibrado ritmo de investimento que é condição indispensável ao desenvolvimento harmonioso da Região.

Assim:

Ao abrigo do disposto na alínea j) do artigo 56º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Governo apresenta à Assembleia Legislativa Regional a seguinte proposta de Decreto Legislativo Regional:

Artigo 1º

Regime de preços

Os preços dos bens e serviços vendidos na Região Autónoma dos Açores podem ser sujeitos aos seguintes regimes:

- a) regime de preços máximos;
- b) regime de preços declarados;
- c) regime de preços convencionados;
- d) regime de preços vigiados;
- e) regime de margens de comercialização fixadas.

Artigo 2º

Regime de preços máximos

O regime de preços máximos consiste na fixação do seu montante em diversos estádios da actividade económica nomeadamente na venda ao utilizador final.

Artigo 3º

Regime de preços declarados

1 - O regime de preços declarados importa a obrigatoriedade da comunicação pelas empresas produtoras e/ou importadoras quer dos preços praticados à data da declaração, quer das alterações pretendidas, com antecedência mínima de 15 dias em relação à data em que se pretende pôr os novos preços em vigor, reservando-se os serviços oficiais o direito de se opôr, no prazo de 30 dias, caso não considere justificados.

2 - A comunicação referida no número anterior deverá ser feita à Direcção Regional do Comércio, por carta registada com aviso de recepção, acompanhada da discriminação dos custos e das razões justificativas do aumento pretendido, considerando-se aprovados os preços propostos, se no prazo de 30 dias não houver oposição expressa.

Artigo 4º

Regime de preços convencionados

O regime de preços convencionados consiste no estabelecimento de uma percentagem máxima de aumento dos preços em vigor para os bens e serviços produzidos, importados, comercializados ou prestados pelos agentes económicos abrangidos pela convenção, a celebrar entre a Secretaria Regional da Economia e as empresas ou associações empresariais envolvidas.

Artigo 5º

Regime de preços vigiados

O regime de preços vigiados consiste na obrigatoriedade do envio, em carta registada com aviso de recepção, para a Direcção Regional do Comércio, dos seguintes elementos, pelas empresas expressamente notificadas para tal:

- a) Os preços e margens de comercialização praticados à data de notificação;
- b) As alterações de preços e das margens praticadas, sempre que ocorram, bem como a data da sua entrada em vigor e as razões justificativas das variações implementadas;
- c) Quaisquer outros elementos ou esclarecimentos solicitados pela Direcção Regional do Comércio.

Artigo 6º

Regime de margens de comercialização fixadas

O regime de margens de comercialização fixadas consiste na definição do valor que o agente económico pode acrescentar preço de aquisição do bem em causa.

Artigo 7º

Novos regimes de preços

O Secretário Regional da Economia poderá estabelecer, por portaria, novos regimes de preços de bens e serviços, sempre que a especificidade das situações assim o aconselhe.

Artigo 8º

Tabela e listas de preços

Todos os produtores, fabricantes, importa-

dores, distribuidores, embaladores e grossistas de bens e os prestadores de serviços são obrigados a possuir tabelas ou listas contendo os diversos níveis de preços praticados referentes às várias condições de venda e a facultá-las a qualquer revendedor ou utilizador, quando solicitado.

Artigo 9º

Documento de venda

1 - Todos os produtores e grossistas são obrigados a passar em duplicado, ficando o original em seu poder, documento de venda, com indicação da data, nome do vendedor e do comprador, quantidade, tipo e preço unitário do bem transaccionado, assim como discriminação do Imposto sobre o Valor Acrescentado devido.

2 - Considera-se inexistente o documento de venda quando não contenha todos os elementos nele mencionados.

3 - A não apresentação pelo comprador do documento de venda por não lhe ter sido passado pelo vendedor ou por ter sido extraviado, não constitui para aquela circunstância dirimente da sua responsabilidade.

4 - Independentemente do disposto no número anterior, compete ao comprador a identificação do vendedor.

Artigo 10º

Nota de remessa

Os retalhistas, sempre que solicitados pelo comprador, são obrigados a passar nota de remessa ou documento de venda com as especificações indicadas no nº 1 do artigo 9º.

Artigo 11º

Venda a retalho

Em relação a todas as mercadorias destinadas à venda a retalho, bem como a toda e qualquer prestação de serviços, independentemente do regime de preços em vigor, deve exhibir-se o respectivo preço de venda ao público, de forma bem visível, qualquer que seja o local de venda.

Artigo 12º

Contra-ordenação

A violação do disposto neste diploma constitui contra-ordenação, punível nos termos do Decreto-Lei nº 28/84, de 20 de Janeiro.

Aprovada em Conselho, Ponta Delgada, 8 de Março de 1990.

O Secretário Regional da Economia,
Mário José Amaral Fortuna.

Proposta de Decreto Legislativo Regional

Orgânica Regional do Planeamento

O planeamento regional assume um papel fundamental no desenvolvimento económico-social da Região Autónoma dos Açores, definindo as linhas em que o mesmo se deve processar, de acordo com o Estatuto Político-Administrativo da Região.

Os Decretos Regionais nº 5/78/A, de 28 de Maio, e 9/79/A, de 24 de Abril e o Decreto Legislativo Regional nº 21/83/A, de 28 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional nº 12/85/A, de 5 de Novembro, foram os diplomas que, ao longo deste período autonómico, definiram a estrutura orgânica do planeamento da Região.

Tendo por base a experiência vivida nos últimos anos, tanto no relacionamento com os diferentes intervenientes no processo de elaboração dos planos, como na evolução verificada quanto aos organismos representativos das múltiplas entidades contactadas;

Tendo em atenção a integração na Comunidade Económica Europeia, a necessidade de adaptar determinados procedimentos a novas regras e a experiência regional, obtida na preparação de diversos documentos comunitários;

Tendo em vista tornar o processo de planeamento mais dinâmico e assegurar a participação dos representantes das organizações de trabalhadores e das actividades económicas, entre outros, eficaz e concertada, não se limitando ao casuismo próprio de pareceres isolados:

O Governo, nos termos da alínea j) do artigo 56º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, apresenta à Assembleia Legislativa Regional a seguinte

Proposta de Decreto Legislativo Regional

CAPÍTULO I

Natureza e estrutura do Plano Regional

Artigo 1º

(Definição e objectivo do Plano Regional)

O Plano Regional é um instrumento tendente à racionalização do processo de desenvolvimento, visando o aproveitamento das potencialidades regionais e tem como objectivos o desenvolvimento económico e social da Região Autónoma dos Açores, a promoção do bem estar, do nível e qualidade de vida de todo o povo açoriano, com vista à realização dos princípios constitucionais e estatutários.

Artigo 2º (Força jurídica)

1 - O Plano Regional tem carácter imperativo para o sector público regional e é obrigatório, por força de contratos-programa, para outras actividades de interesse público.

2 - O Plano Regional tem carácter indicativo para os sectores público não regional, privado e cooperativo, definindo o quadro geral da actuação dos agentes económicos desses sectores.

Artigo 3º (Estrutura do Plano Regional)

1 - A estrutura do Plano Regional compreende:

- a) Plano Regional de médio prazo, que define os objectivos globais de natureza económica e social, bem como os programas de acção sectoriais para o período da sua vigência;
- b) Plano Regional anual, que define os objectivos e políticas sectoriais a prosseguir no período da sua vigência, e constitui a base fundamental da actividade do Governo da Região em matéria de investimento público, tendo a sua expressão financeira no respectivo orçamento;
- c) Relatórios de execução dos Planos Regionais, intercalares e finais, em que se analisa a respectiva execução financeira e material.

2 - O Plano Regional definirá os objectivos e metas do desenvolvimento regional; assegurará a compatibilidade dos vários domínios do planeamento, nas suas componentes económicas, sociais e físicas e explicitará a afectação dos recursos necessários à sua concretização.

Artigo 4º (Elaboração e conteúdo do Plano)

1 - A proposta do Plano será elaborada pela Secretaria Regional das Finanças e Planeamento, através da Direcção Regional de Estudos e Planeamento (DREPA).

2 - A proposta de Plano Regional conterà, conforme os escalões da sua estrutura, os objectivos globais de natureza económica e social e as linhas gerais de actuação do Governo no respectivo período.

3 - A proposta de Plano Regional de médio prazo incluirá a análise da situação económica e social regional, a identificação, quantificação financeira e descrição sucinta dos programas, e, quando for possível, a sua desagregação espacial.

4 - A proposta do Plano Regional anual, para além dos elementos mencionados nos números anteriores, será acompanhada de documento que explicita os projectos que compõem os diferentes programas, sempre que possível, desagregados a nível de ilha, e o conteúdo dos mesmos.

5 - A proposta do Plano Regional será acompanhada de informações que permitam conhecer os investimentos das empresas públicas e dos fundos e organismos autónomos. Sempre que seja possível, deverão mencionar-se os principais empreendimentos a realizar pelas Autarquias Locais.

6 - A proposta do Plano Regional será, ainda, acompanhada de programas comunitários e outros que incluam projectos nela integrados.

7 - A proposta do Plano Regional explicitará os meios de controlo e acompanhamento da execução.

Artigo 5º

(Alteração ao Plano Regional)

1 - As propostas de alteração ao Plano Regional, independentemente dos escalões da sua estrutura, serão submetidas, para aprovação, ao plenário da Assembleia Legislativa Regional.

2 - Exceptua-se do número anterior, a afectação de verbas às diferentes acções de cada programa, cujo processamento deverá obedecer às normas aplicáveis às transferências de verbas entre rubricas duma divisão e divisões dum mesmo capítulo, constantes dos diplomas de execução do Orçamento da Região Autónoma dos Açores.

Artigo 6º

(Audição de entidades)

1 - O Governo ouvirá, antes da entrega da proposta do Plano à Assembleia Legislativa Regional, as Autarquias Locais da Região Autónoma dos Açores e as organizações representativas dos trabalhadores e das actividades económicas, umas e outras, através dos respectivos representantes com assento no Conselho de Concertação Social.

2 - As entidades referidas no número anterior, deverão preparar um relatório circunstanciado que constituirá parecer sobre a proposta do Plano, e que a acompanhará na entrega à Assembleia Legislativa Regional.

CAPÍTULO II

Controlo político

Artigo 7º

(Aprovação e acompanhamento do Plano Regional)

1 - Compete à Assembleia Legislativa Regional, apreciar e aprovar as propostas do Plano Regional em todos os escalões da sua estrutura, bem como, apreciar os respectivos relatórios de execução.

2 - A execução do Plano Regional será acompanhada pelas comissões competentes da Assembleia Legislativa Regional, as quais terão acesso a toda a informação necessária ao desempenho das suas atribuições, incluindo a que se encontra na Direcção Regional de Estudos e Planeamento, sendo-lhe ainda facultado requerer ao Governo o depoimento ou esclarecimento dos técnicos ou serviços da orgânica de planeamento.

Artigo 8º

(Execução do Plano Regional)

A execução do Plano Regional, no que respeita à administração pública regional, incumbe ao Governo, que desempenhará as respectivas funções nos termos da Constituição e do Estatuto, de forma descentralizada e de harmonia com a estrutura orgânica prevista no presente diploma.

CAPÍTULO III

Orgânica Regional do Planeamento

Artigo 9º

(Orgânica do Planeamento)

A presente orgânica, que funcionará na dependência do membro do Governo com competência legal na área do Planeamento, compreende:

- a) A Direcção Regional de Estudos e Planeamento;
- b) A Comissão Técnica de Planeamento Regional.

Artigo 10º

(Competência)

Compete ao Secretário Regional das Finanças e Planeamento:

- a) Superintender e coordenar as actividades da orgânica regional do planeamento, nomeadamente, no que se refere à compatibilização dos planos sectoriais;
- b) Orientar a actividade e coordenar o planeamento regional, nas suas múltiplas vertentes, em estreita colaboração com as Secretarias Regionais;
- c) Autorizar a divulgação dos documentos referidos na alínea j) do artigo 12º;

- d) Estabelecer a articulação entre as orgânicas regional e nacional de planeamento.

Artigo 11º

(Natureza da DREPA)

1 - A Direcção Regional de Estudos e Planeamento (DREPA), é o serviço de carácter operativo da Secretaria Regional das Finanças e Planeamento, tecnicamente responsável pela preparação, elaboração e acompanhamento da execução do Plano Regional, bem como, dos programas operacionais comunitários e pela realização de estudos de base e de índole sócio-económica, necessários ao exercício das suas competências.

2 - A DREPA tem a sua sede e instalações na cidade de Angra do Heroísmo.

Artigo 12º

(Competência)

A DREPA compete, designadamente:

- a) Estudar as perspectivas do desenvolvimento económico e social da Região e elaborar previsões quantitativas globais, sectoriais e sub-regionais, que permitam a formulação das opções fundamentais e dos objectivos do Plano Regional, assim como, a fixação das metas do desenvolvimento;
- b) Propor a formulação de orientações directivas de carácter técnico para a elaboração dos planos sectoriais, de modo a facilitar a sua posterior integração no Plano Regional, facultando a informação indispensável à sua elaboração;
- c) Assegurar a compatibilização, nos domínios globais e sectoriais de planeamento, tendo em vista a elaboração do Plano Regional;
- d) Preparar os estudos e programas de ordenamento económico-social da Região;
- e) Proceder à elaboração da proposta do Plano Regional;
- f) Preparar os programas anuais de execução do Plano Regional, acompanhar o seu cumprimento e elaborar os relatórios de execução;
- g) Elaborar estudos de conjuntura, manter uma análise permanente das realidades demográficas, económicas e sociais da Região, de uma forma global e sectorial, e promover a realização de estudos de base e de interesse económico e social;
- h) Emitir parecer sobre investimentos

públicos, não programados aquando da elaboração do Plano Regional, e sobre investimentos privados, cuja concretização dependa de autorização do Governo ou beneficiem de qualquer modalidade de incentivo ou vantagens, nomeadamente, no que se refere à sua adequação ao Plano Regional;

- i) Elaborar e dar parecer sobre projectos de investimentos públicos;
- j) Recolher e conservar todos os estudos, relatórios, projectos e outros documentos, relacionados com a análise e desenvolvimento da Região, facultando a sua consulta às entidades interessadas, desde que tal não constitua prejuízo para terceiros e para os objectivos que determinaram a respectiva elaboração;
- l) Preparar e acompanhar, em colaboração com os restantes departamentos governamentais, os Programas Operacionais e demais intervenções comunitárias relacionadas com os fundos estruturais da Comunidade, em matéria de desenvolvimento regional.

Artigo 13º

(Natureza e composição da Comissão Técnica de Planeamento Regional)

1 - A Comissão Técnica de Planeamento Regional é o órgão de consulta e coordenação técnica na preparação, elaboração e execução do Plano Regional.

2 - A Comissão será presidida pelo Secretário Regional das Finanças e Planeamento, ou quem este designar, e terá a seguinte composição:

- a) Director Regional de Estudos e Planeamento;
- b) Director Regional do Orçamento e Contabilidade;
- c) Director do Serviço Regional de Estatísticas dos Açores;
- d) Um representante de cada Secretaria Regional. (SREA)

3 - Poderão ainda participar nos trabalhos da Comissão as entidades que forem convocadas pelo presidente da mesma, a seu pedido ou por intermédio de qualquer vogal, de acordo com os assuntos a tratar.

Artigo 14º

(Atribuições da Comissão Técnica de Planeamento Regional)

Incumbe à Comissão Técnica de Planeamento Regional:

- a) Manter perfeita ligação entre a orgânica

- regional do planeamento e as Secretarias Regionais;
- b) Participar activamente na preparação dos Planos Regionais e no acompanhamento da respectiva execução;
- c) Preparar estudos e pareceres destinados ao Conselho Superior de Estatística ou ao Conselho Orientador do Serviço Regional de Estatística dos Açores, sobre assuntos com interesse para a Região;
- d) Colaborar com o Serviço Regional de Estatística dos Açores, propondo, nomeadamente, as providências adequadas à melhoria e à coordenação das estatísticas respeitantes aos serviços e departamentos regionais ou às actividades que se situem no âmbito da Região.

CAPÍTULO IV

Calendário do Plano Regional

Artigo 15º

(Apresentação do Plano Regional pelo Governo Regional)

1 - O Governo apresentará à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, até 20 de Outubro de cada ano, a proposta do Plano Regional ou Planos Regionais que lhe competir elaborar.

2 - Se a realização de eleições para os órgãos de Governo próprio da Região não permitir o cumprimento dos prazos legalmente estabelecidos, a proposta do Plano Regional deverá ser apresentada à Assembleia Legislativa Regional até ao 60º dia após a aprovação do programa do Governo.

Artigo 16º

(Aprovação

pela Assembleia Legislativa Regional)

A Assembleia Legislativa Regional votará as propostas dos Planos Regionais que lhe forem apresentadas pelo Governo no seu período legislativo de Novembro, sem prejuízo do disposto no número dois do artigo anterior.

CAPÍTULO V

Participação no Plano Nacional

Artigo 17º

(Representante no Conselho Económico e Social)

A Região Autónoma dos Açores far-

-se-á representar no Conselho Económico e Social pelo Secretário Regional das Finanças e Planeamento ou por quem ele designar.

CAPÍTULO VI

Disposição final

Artigo 18º

(Revogação)

São revogados o Decreto Legislativo Regional nº 21/83/A, de 28 de Junho, e o Decreto Legislativo Regional nº 12/85/A, de 5 de Novembro.

O Secretário Regional das Finanças e Planeamento, Gualter José Andrade Furtado.

Aprovada em Conselho, Ponta Delgada, 7 de Fevereiro de 1990.

A **Redactora Principal**, Idília Maria da Costa Macedo Cardoso.